

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

ATA Nº 03

PRESIDENTE – DEPUTADO VALDIR BARRANCO.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, para debatermos o papel da mulher na sociedade atual. Esta Audiência Pública foi requerida por mim em coautoria com a nossa querida colega Deputada Janaina Riva.

Quero convidar para compor o nosso dispositivo nosso colega Deputado Dr. João; nossa querida Deputada Federal Professora Rosa Neide Sandes de Almeida (PALMAS); Dr^a Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça de Mato Grosso, na área de violência de gênero, direitos humanos das mulheres, violência doméstica contra mulher (PALMAS); professora Erivã Garcia Velasco, nossa querida Teca; Pró-Reitora Estudantil neste ato representando a Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso, Sr^a Myrian Serra, (PALMAS); a Tenente-Coronel Paula Regina Peixoto, coordenadora do efetivo do Comando Militar (PALMAS); Antonieta Luiza Costa, Presidente do Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (PALMAS); Dr^a Amini Haddad Campos, Juíza de Direito e coordenadora do núcleo de estudo científico de vulnerabilidade da UFMT; e a nossa querida Deputada Janaina Riva, que é a 1^a vice- Presidente desta Casa. Ela está concedendo entrevista, chegando já está convidada para compor a nossa mesa.

Convido a todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUTA-SE O HINO)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Convido o nosso, Deputado Wilson Santos, para compor também, o nosso dispositivo.

Quero agradecer a todos e a todas que aqui se fazem presentes, mesmo com a chuva torrencial que caiu aí agora há pouco, agradecer de modo especial a *TV Assembleia* e a *Rádio Assembleia*, que ecoarão os resultados dessa *Audiência Pública* para todo o Estado de Mato Grosso, para o Brasil, porque a *TV Assembleia* atinge todo o território nacional e para toda a América Latina através da *Rádio Assembleia*.

Vou começar Presidindo e depois, nada mais justo que, a nossa colega Deputada Janaina que está chegando aqui, vai compor... depois do meu pronunciamento ela assumirá a Presidência, porque numa Audiência Pública para discutir o papel da mulher na sociedade atual, nós que temos uma representante das mulheres nesta Casa temos que ter essa honra também de vê-la Presidindo nesse dia tão importante.

Queridas mulheres presentes, temos homens também, companheiros, mas de modo especial às mulheres e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela *TV Assembleia* e pela *Rádio Assembleia*.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Deputada Janaina e eu requeremos conjuntamente esta Audiência Pública que estamos iniciando e contamos com o apoio da Deputada Federal Professora Rosa Neide, na sua organização.

Sinto-me tomado por uma felicidade imensa neste dia 11 de março, data do meu aniversário e não há presente maior do que poder estar aqui com vocês, para nas próximas horas ouvi-las neste espaço pleno de exercício da democracia sobre esse tema tão relevante, que é o papel da mulher na sociedade atual.

As resistências das mulheres têm registro em toda a história da humanidade, elas sempre buscaram a liberdade, não concordando com a condição em que estavam e não raro, tiveram a vida ceifada até mesmo por instituições religiosas num verdadeiro movimento de caça às bruxas.

O direito ao voto, por exemplo, foi uma luta para a vida política conquistada em 1918 na Inglaterra através das manifestações em que as mulheres fizeram greve de fome e até mesmo foram presas. No Brasil esse direito ao voto foi conquistado em 1932, graças às lutas das mulheres.

Alguns historiadores destacam que “não se pode deixar de mencionar a participação da mulher em Associações de Bairro, de Donas-de-Casa e etc, que marca a presença feminina na esfera pública e significa a conscientização para seus problemas específicos e suas potencialidades”.

Para outros, “o feminismo no Brasil expandiu-se através das camadas populares e das organizações de bairros, tendo como foco principal a luta contra o regime militar, assim outros temas, aborto, sexualidade, maternidade, violência contra a mulher também eram debatidos apenas em âmbito privado, e passou a ser foco para debates a partir da década de 80, onde foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero”.

Em 1984, foi criado Conselho Nacional da Condição da Mulher-CNDM, que junto a outros grupos feministas importantes, promoveu uma campanha para a inclusão dos direitos das mulheres na nova constituição, sendo um dos pontos fundamentais para o feminismo no Brasil.

Na última década do século XX, o movimento feminista conseguiu conquistas com relação ao processo de profissionalização, com a criação de ONGs, com o objetivo de intervir junto ao estado, para a busca de maiores espaços de participação política, mas uma das grandes conquistas foram às medidas de proteção, tendo como foco principal a violência doméstica.

Surge, então, a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, sancionada pelo presidente Lula, com o fito de buscar punição para os agressores em casos de violência doméstica.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou sete leis em defesa da mulher nos últimos quatro anos, durante a 18ª Legislatura, confirmando o compromisso desta Casa Legislativa a defesa e promoção da igualdade de gêneros.

Em dezembro de 2015, a Lei nº 10.349, passou a obrigar que em Mato Grosso, nos shows abertos com público maior que 1500 pessoas se veicule propagandas contra a violência à mulher e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com menção aos Disque-Denúncias 180 e 100.

A Lei nº 10.449, de outubro de 2016 cria o mecanismo de inibição da violência contra a mulher no Estado de Mato Grosso, ao punir o agressor por meio de multa às vezes em que se utilizar os serviços prestados pelo Estado.

Além disso, a Lei nº 10.616, de outubro de 2017, dispõe sobre a obrigatoriedade de o placar eletrônico da Arena Pantanal dever exibir a seguinte mensagem: “O Estado de Mato

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Grosso combate a violência contra a mulher, à exploração sexual, a pedofilia, o trabalho infantil e o trabalho escravo.” Já em janeiro de 2018, a Lei nº 10.674 “cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher no Estado de Mato Grosso”; a Lei nº 0.745, de agosto de 2018, “dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família, à mulher idosa e à mulher com deficiência nos programas habitacionais populares do Estado de Mato Grosso”; a Lei nº 10.685, de março de 2018, “altera dispositivos da Lei nº 9.964, de 29 de julho de 2013, que ‘institui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso o Dia da Mulher Policial Militar, instituindo o dia 20 de Outubro de cada ano’; e a Lei nº 10.792, de dezembro de 2018, criou o “Programa Maria da Penha vai à Escola”, que procura conscientizar o público escolar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, divulgando, também, a Lei Maria da Penha. O Programa será executado pelo órgão gestor estadual de políticas públicas para mulheres, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer.

A organização das mulheres, ainda, se fortalece, quando, por exemplo, Defensoras Públicas de 14 Estados e do Distrito Federal reuniram-se em Manaus para debater e discutir sobre violência contra a mulher e definir uma agenda de atuação conjunta que foque na prevenção de novos crimes por meio de ações pontuais e de campanhas educativas. A Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher de Cuiabá, Rosana Leite, explica melhor o que lá aconteceu. Ela lembra que: “Este foi o primeiro carnaval no qual tivemos o ato de importunação sexual tipificado como crime, onde o artigo 215-A define que o ato de praticar contra alguém, sem a sua anuência, ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, gera pena de um a cinco anos de prisão, se o ato não for cometido com ações mais graves, com a importante campanha: ‘Não é não!’”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE divulgou na última sexta-feira, dia 08, Dia Internacional das Mulheres, uma pesquisa constatando que mulheres em cargos de chefia podem chegar a ganhar um terço do salário, Deputada Janaina Riva, pago aos homens que desempenham a mesma função. Conforme esse levantamento, em 2018, o rendimento médio mensal de uma dirigente de serviço de saúde foi de 4.764,00 reais e o rendimento de um dirigente masculino foi de 14.891,00 reais. No campo da mineração, uma mulher recebeu 5.439,00 enquanto um homem ganhou 17.006,00 reais. O levantamento, também, registrou que em 2018 o valor médio da hora trabalhada era de 13 reais para mulheres e de 14,20 para homens, ou seja, o pagamento delas por hora representava 91,5% daquele oferecido aos homens.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos, terceira maior empresa de pesquisa de inteligência de mercado do mundo, trouxe dados que nos dão uma noção do tamanho dos desafios que teremos pela frente na luta não só pela garantia, mas pela ampliação dos direitos das mulheres no Brasil. A pesquisa que ouviu 19 mil mulheres em 27 países apontou que quanto mais as mulheres estudam maior é a diferença salarial entre elas e os homens no Brasil, enquanto em países como Canadá, Grã-Bretanha Suécia, Hungria, Holanda e Chile os temas que lideram a preocupação das mulheres são: diferenças salariais e carência de mulheres em cargos de lideranças. No Brasil a principal preocupação é a violência contra mulher com 39% das entrevistadas. A preocupação com a violência física que era de 28%, em 2018, saltou para 34%, em 2019.

Em A violência contra mulher e os casos de feminicídio cresceram num volume estarrecedor nos últimos meses. O canal 180 da Central de Atendimento à Mulher registrou, nos meses de janeiro e fevereiro de 2018, 11 mil 263 ligações e no mesmo período de janeiro e fevereiro de 2019 registrou 17 mil 836 ligações; 11 mil 263 em janeiro e fevereiro de 2018 e 17 mil 836 em janeiro e fevereiro de 2019, um crescimento vertiginoso de mais de 50%.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Estamos aqui reunidos e reunidas nesta Audiência Pública para dizer NÃO ao feminicídio, NÃO ao machismo praticado por homens covardes, NÃO à misoginia, NÃO à intolerância, NÃO ao preconceito, NÃO aos políticos que incentivam essas práticas. Também, queremos lembrar que na próxima quinta-feira, 14 de março completar-se-á um ano que a Vereadora Marielle Franco e seu Assessor Parlamentar Anderson Pedro Gomes foram covardemente assassinados a tiros, no Rio de Janeiro. Ambos foram devidamente homenageados pela Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira que sagrou-se vitoriosa no Carnaval do Rio de Janeiro com o enredo “Para ninar gente grande”, contando a história que a história não conta:

“Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato
Onde as mulheres não sejam vítimas de assassinato!
Não quero um país perfeito
Mas quero um país que respeite o direito.”
Marielle Franco! (A PLATEIA RESPONDE: “Presente!”.)
Anderson Gomes! (A PLATEIA RESPONDE: “Presente!”.)

Convido a Deputada Janaina Riva para assumir a direção dos trabalhos e fazer o seu pronunciamento, pois ela representa muito bem as mulheres. Sou admirador da sua tarefa aqui, nesta Casa. Não é fácil ser mulher na política e muito menos ser uma entre 24 e a Deputada Janaina Riva enfrenta situações aqui que com a sua competência consegue sobressair e, muito mais do que isso, tornar-se uma liderança desses outros 23 Deputados homens.

Convido para assumir a direção dos trabalhos a Deputada Janaina Riva.

(PALMAS)

(A SRª JANAINA RIVA ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 15H06MIN).

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Boa tarde a todos!

Boa tarde especial a todas as mulheres aqui presentes.

Convido para compor a mesa a Drª Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher (PALMAS); Drª Gláucia Amaral, Procuradora do Estado de Mato Grosso e Presidente do Conselho Estadual da Mulher (PALMAS); e, também, a Srª Enelinda Scala, Vice-Presidente do PT do Estado de Mato Grosso, que o Deputado Dr. João já convidou, ela já está sentada ao nosso lado e muito nos honra com a sua presença. (PALMAS)

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu colega Deputado Valdir Barranco que trouxe, hoje, à tona todos os dados, os números que assustam a todos nós. Nós já sabemos que eles existem, mas quando ouvimos parece que fica muito pior. É muito constrangedor para uma mulher ouvir que vivemos em um País onde 34% das mulheres têm medo de ser violentadas.

E nós ficamos honradas e queremos agradecer a todos que compõem esta mesa na pessoa da Drª Amini Haddad; dessa pessoa maravilhosa que é a Deputada Rosa Neide; da minha

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

amiga pessoal Lindinalva; do meu amigo Deputado Wilson Santos, meu colega de briga e de batalha.

Nós ficamos honradas de termos ao nosso lado tantas mulheres que não só conhecem tão bem essa realidade, como dão de tudo, muitas vezes até do seu salário, até do que elas têm para comer, para tentar mudar essa realidade.

Hoje, quando cheguei, Deputado Valdir Barranco, a imprensa me perguntou se faltavam leis de amparo às mulheres. Na verdade, considero as nossas leis um tanto quanto contemplativas, o problema está na efetividade do cumprimento delas.

É constrangedor quando liga alguém ou alguém nos procura, uma mulher que foi violentada ou que passou por uma situação de vulnerabilidade, Deputado Wilson Santos, e depois que são atendidas numa delegacia, muitas vezes que não é da mulher, porque sabemos da nossa pouca estrutura no que tange ao atendimento especial à mulher, são apenas três delegacias, elas buscam um lugar para se ampararem.

Mas esse lugar, Deputado Wilson Santos, não existe aqui em Mato Grosso. Nós não temos uma casa de amparo transitória. As nossas mulheres, que são violentadas e vítimas de violência, voltam para a casa que muitas vezes é dela e do agressor, uma situação de risco que nas próximas horas são as horas onde acabam ocorrendo os feminicídios, logo após agressão.

O que fazer para mudar essa realidade? Esse é o propósito desta Audiência Pública.

Quando eu e o Deputado Valdir Barranco idealizamos uma Audiência Pública para se falar sobre a mulher, sobre o empoderamento, sobre a figura e o papel da mulher na política, a nossa maior preocupação seria qual o resultado efetivo; qual é a resolutividade de uma Audiência Pública.

É por isso que gostaríamos de ouvir aqui essas pessoas que têm experiências maravilhosas, contributivas para que possamos, de fato, fazer a diferença na vida dessas mulheres, para que não deitemos todos os dias achando que poderíamos ter evitado que mais uma de nós seja assassinada de forma brutal como acontece hoje em dia.

Algumas vezes, como numa caminhada que participei em Juara, um caso que está do nosso lado, que você sabe, que a sua amiga sabe, que todo mundo é conhecedor de que é uma vítima de violência doméstica dentro da sua casa e preferimos, simplesmente, não intrometer, não dar palpite para não gerar mal-estar, não vai muito tempo, essa pessoa é assassinada.

É isso que queremos lutar contra. É isso que gostaríamos de evitar. É claro que seria muito importante a participação efetiva de mais mulheres na política, mas não adianta virmos com um pensamento arcaico, como eu vi recentemente de uma Senadora eleita pelo nosso Estado, de que as mulheres não precisam mais de igualdade, que nós já temos igualdade. Não sei em qual País ela vê uma igualdade de gênero, porque no Brasil não é. Dizer também que a Previdência tem que ser de forma igualitária para homens e mulheres.

Eu até fiz uma resposta, Deputado Wilson Santos, que foi muito singela, mas respondi que nem todas são Deputadas, Senadoras, Juízas ou aqueles que são beneficiados com altos salários em nosso País que tem condição de ter uma babá dentro de casa; de ter uma funcionária dentro de casa; de dar um ensino de qualidade para o seu filho; de comprar um remédio quando tem necessidade. Essa não é a realidade das mulheres brasileiras! De longe, não é a realidade!

Então, esse tipo de discurso é o que nos preocupa, é o discurso do retrocesso. Quando você fala que não precisa de cota para as mulheres, como que não precisa de cota? Nós estamos em uma Assembleia onde temos vinte e três homens e uma mulher, no Estado mais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

machista do Brasil, no Estado mais violento, não só contra as mulheres, mas contra os gays também. Então, isso precisa ser mudado.

Eu acredito que esta Audiência Pública, hoje, contribui e deixa na história deste Estado muito mais história de sucesso no combate, tanto à violência quanto ao preconceito contra a mulher, e é o que queremos mudar em Mato Grosso.

Muito obrigada a todos pela presença!

Vamos dar continuidade para ouvir esses grandes oradores que muito têm a contribuir com o nosso debate.

Muito obrigada! (PALMAS)

Convido para fazer uso da tribuna, se assim quiser, acho que fica até melhor para todo mundo acompanhar, a nossa primeira inscrita, a Sr^a Antonieta Luísa da Costa, Presidente do Instituto de Mulheres Negras.

Quero agradecer a presença da Dr^a Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada Especializada da Mulher; da Sr^a Karine Dogan, Militante Social e membro do Fórum de População em Situação de Rua – obrigada, Karine; da Sr^a Miguelina Martinha de Sampaio, Conselheira do Conselho Estadual de Economia Solidária; a Jane Sifuentes Machado, Gestora Governamental da Secretaria Estadual de Educação-SEDUC; a Vanessa Navarros, Secretária Adjunta de Assistência Social de Várzea Grande e Presidente do Conselho Municipal da Mulher, neste ato representando também a grande Prefeita de Mato Grosso, de Várzea Grande, Lucimar Campos; a Ten. Cel. Grazielli, Coordenadora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; a Dr^a Carla Patrícia de Souza, Diretora da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas; a Cleuza Dias Leite, Presidente do MT Mama; a Laura Ferreira da Silva, Vice-Presidente da Federação Estadual de Quilombola; a Mariana Corral, Diretora da Associação de Amigos dos Autistas de Cuiabá-AMA; a Marisa Bazo, Presidente em Exercício da BPW Brasil - obrigada, Marisa, pela presença -; Carmem Pizarro, Coordenadora do Movimento Economia Solidária; Amandla Silva Souza, Diretora Geral do Levante Popular da Juventude; Maria Zanirato, Diretora do SINTEP e Diretora da CUT Mato Grosso; a Leiliane Cristina Borges, Diretora da CUT, Secretaria de Mulheres; a Euza Maria de Araújo Rodrigues, Tesoureira do Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso; a Miraci Pereira Silva, Militante do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso; a Maria Aparecida Cortez, componente do Coletivo de Mulheres Mato-grossenses; a Marilza Reis Moraes Silva, Secretária Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso; a professora Quelli Rocha, Núcleo de Pesquisa de Estudos sobre as Relações de Gênero e Organização da Mulher-NUEPOM/UFMT; a Volney Albano, Presidente do PT de Cuiabá.

A Enelinda já agradece; Gláucia e Dr^a Rosana.

A Dr^a Jaqueline Cheruli, e quero convidá-la para compor a mesa conosco, é Juíza de Direito e Mentora do Projeto de Lei Guarda Compartilhada.

Vejam quantas mulheres importantes aqui conosco.

Temos uma apresentação especial. A Gê Lacerda interpretará para nós, as músicas Negra Flor e a Luta das Mulheres. (PALMAS)

(A SR^a GÊ LACERDA PROCEDE À APRESENTAÇÃO DA MÚSICA NEGRA FLOR – PALMAS).

A SR^a GÊ LACERDA - No dia 08 fizemos um samba, compus o samba, só que toquei com a minha batucada. Vou tentar fazê-lo porque acho que contemplou muitas mulheres, luta das mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

O bom mesmo é com o batoque. Terá uma parte que eu vou pedir para vocês me ajudarem com as palmas, porque vou me sentir mais a vontade com vocês participando.

(A CANTORA GÊ LACERDA INTERPRETA AGORA A MÚSICA DE SUA AUTORIA LUTA DAS MULHERES – PALMAS.)

A SRª GÊ LACERDA – Mulheres unidas, jamais serão vencidas!

Mulheres unidas, jamais serão vencidas! (PALMAS)

Obrigada pelo apoio!

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero parabenizar a Srª Gê da Silva. Foi maravilhoso! Parabéns!

Quero chamar para compor a mesa a Srª Laura Ferreira da Silva, da Comunidade Mata Cavallo.

Por favor, faça sua presença conosco à frente.

Quero agradecer a Srª Rose Barranco, esposa do Deputado Valdir Barranco, e a Srª Daniela de Paula, Coordenadora da Sala da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A SRª ANTONIETA LUÍSA COSTA – Bom dia a todos!

Vou falar um pouco de mimimi.

Nós somos muito mimimi, não é? Então, vou falar um pouco de mimimi. Vou falar um pouco de mimimi da Eliana, da Miriam, da Tereza, da Maria, da Joice, da Lu, das pessoas que foram vítimas em 2018 e 2019, até agora, da discriminação racial, do preconceito e de todas as formas de violência.

São por elas que eu quero falar. São por elas!

E aí é legal estar nesta Casa de Leis, para podermos entender um pouco porque temos tantas leis e essas leis na prática não funcionam.

Está na hora de refletirmos por que criamos leis e essas leis não acontecem na prática.

Mas nesse momento, nesse curto espaço, eu quero dizer mais, eu quero dizer que estamos num Estado de 62% da população negra e afrodescendente e esses 62% da população negra e afrodescendente, composta majoritariamente por mulheres negras que são diariamente vitimizadas, porque somos o 4º Estado mais violento do Brasil e o segundo mais violento da Região Centro-Oeste.

Nós da Região Centro-Oeste é que mais matamos mulheres!

Temos uma política de monitoramento, mas nós mulheres negras sabemos que dessas mulheres que morrem, a maioria é de negras e afrodescendentes.

Sabemos que todos os tipos de violência que acontece contra as mulheres, a grande maioria, as maiores vítimas são as mulheres negras.

É desse mimimi que eu quero falar.

O dossiê das mulheres negras no Brasil aponta um índice maior de violência das mulheres negras aqui na Região Centro-Oeste.

Aqui no Mato Grosso, e a todo momento somos chamados para conversar, para dialogar, somos um grupo propositivo e esse grupo propositivo é um grupo que incomoda.

Eu sempre digo: eu sou posição. E ser posição, mulher preta, de comunidade e professora é complicado e é perigoso, porque nós sofremos mais violência ainda.

Então, precisamos hoje refletir, fazendo toda essa reflexão: é dia da mulher, é o mês da mulher. O que é importante? O que é importante para esta Casa?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

E eu quero deixar registrado que é muito prazer compor uma mesa com tanta gente comprometida, comprometida em lutar em prol das mulheres, como a Dr^a Rosana Leite, minha amiga de muito tempo de lutas, de batalha, a Presidente do Conselho da Mulher e tantas outras que estão aqui.

Quero agradecer porque ano passado estive aqui, a Deputada Janaina Riva nos convidou e estive neste espaço falando a mesma coisa que eu vou falar agora.

Nós precisamos entender onde estamos. Quem é o Estado de Mato Grosso? Por que o Estado de Mato Grosso não considera as suas mulheres? Por que a capital de Mato Grosso não tem uma mulher representando as mulheres?

Nós temos um Estado machista, racista, homofóbico!

Quais as políticas públicas que mudam; que nós estamos cobrando para mudar essa história.

Nós já temos lei e todo mundo vai falar que nós temos lei, mas qual é a prática, qual é a metodologia para que seja incluída verdadeiramente?

Então, eu gostaria que esta Casa pensasse em uma política de monitoramento - quem faz política de monitoramento é o Poder Público -, que cobrasse dos responsáveis, dos gestores deste Estado uma política de monitoramento.

Nós pensamos: cadê as delegacias para atender as mulheres?

Quando você é vítima da violência, você passa por vários constrangimentos. E esses constrangimentos são muito complicados para quem o recebe.

Nós somos mulheres acolhedoras, porque nós mulheres acolhemos outras mulheres, mas nós precisamos que o Poder Público assuma compromisso de cumprir as leis, leis que eles mesmos criaram.

Nós também precisamos abrir os olhos. A sociedade precisa também abrir os olhos para isso, falar. Nós temos voz.

O que me incomoda, como diz Martin Luther King, “não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”. Ninguém quer cobrar! Nós estamos num momento perigoso onde a gestão nacional... Estamos aí com uma política que vem derrubando todas as nossas lutas. Nós precisamos, hoje, dizer não ainda ao racismo, dizer não a todas as formas de intolerância.

Como dizia Ângela Davis: “Não dá mais para ficar em silêncio.” Nós não precisamos mais que as pessoas não sejam racistas, nós precisamos que as pessoas sejam antirracista.

Eu vou terminar fazendo uma fala e deixando, que sempre deixo, esta poesia que diz assim... É uma coisa que fazemos sempre e as pessoas não entendem porque não querem entender. Tem um jogo muito alto de interesse aí. Chama-se Minha Luta:

“Eu vivo clamando justiça e meu peito acalenta

Forte vontade de ser bandeira de resistência.

Eu luto contra o sol, contra a chuva...” Desculpe-me, estou emocionada.

(PALMAS)

“Eu vivo clamando justiça e meu peito acalenta

Forte vontade de ser bandeira de resistência.

Eu nasci com o céu, com a chuva, com o sol,

Se luto não é contra povo, contra credo ou contra irmão,

Eu luto contra o racismo, o pai da desunião,

Racismo que traz a fome, ganância e desamor,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Racismo filho da guerra, verte sangue e traz a dor,
Racismo que faz o homem negar sua identidade,
Esquecendo a sua origem, raiz e maternidade.”

Axé!

Isso é por todas as Marielles do Brasil. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Maravilhosa a Antonieta.

Convido a Dr^a Jorzilethe Magalhães Criveletto, Delegada da Delegacia Especializada da Mulher.

Nós vamos intercalando plateia e mesa de autoridade.

A SR^a JORZILETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Boa tarde a todos e a todas!

Mais uma vez nós aqui.

Quero pedir licença a todo o dispositivo, cumprimentar todo o dispositivo na pessoa da minha querida Gláucia Amaral, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, está mais próximo aqui.

Eu quero cumprimentar... Eu acho que eu conheço a maioria das companheiras que estão aqui, são companheiras de lutas. Eu estou vendo aqui a Adriana e todos os rostinhos aqui, a Grazielle, conhecida; a Leliane... Meninas, sintam abraçadas e beijadas.

Estamos aqui, por um lado, um pouco tristes; porque, ano passado, estivemos aqui numa Audiência Pública para discutirmos essa questão da violência contra mulher também, inclusive saímos daqui com uma emenda do Deputado Wilson Santos a respeito da criação do núcleo de atendimento à mulher, infelizmente não tivemos adesão de outros Deputados até o momento.

Mas eu gostaria de falar um pouquinho a respeito da Delegacia da Mulher e aquilo que nós temos atualmente trabalhado, já que estamos mais uma vez discutindo esse assunto. Não era para ser discutido. Um tema como violência contra mulher em 2019, Renato, mas estamos aqui discutindo esse tema.

A Delegacia da Mulher já tem 34 anos de atuação em Cuiabá, vocês sabem o que são 34 anos, gente, são 34 anos trabalhando para se fazer investigações de crimes relacionados à violência contra mulher. Nos idos de 1985, nós víamos de um movimento de mulheres a respeito de ter uma porta de entrada para que a mulher pudesse, então, denunciar a violência.

Em 1985, não tínhamos nem a Constituição de 1988, vocês imaginam como era o trabalho feito da Polícia Judiciária Civil a respeito daquilo que seria de competência da Delegacia da Mulher, era um procedimento que, na sua maioria, ia para juizados especiais, então nós não tínhamos efetivamente um ganho no sentido de ressocialização desse agressor, porque comumente era condenado a uma cesta básica, um pagamento de cesta básica.

A partir de 1988, as mulheres tiveram um grande ganho dentro da Constituição, nós tivemos uma igualdade jurídica constitucionalmente, mas ainda, sim, nós lutávamos para que todos aqueles procedimentos de violência contra mulher tivessem maior celeridade na Justiça, quantas mulheres sofreram, foram às ruas, até que Maria da Penha chegou a OEA na ONU, para reivindicar um direito de todas as outras mulheres que precisavam ter celeridade num procedimento de violência contra mulher, de agressão sofrida.

Até que nós temos a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, ela é plenamente perfeita aos olhos da sociedade, uma lei que as pessoas costumam elogiar como uma lei bem feita, uma lei bem escrita; mas nós, que somos aplicadores do Direito, ainda discutimos a efetividade da Lei nº

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

11.340 e hoje a Delegacia da Mulher; apesar de fazer mais de 03 mil inquéritos policiais por ano, de atender mais de 04 mil mulheres por ano, a Delegacia da Mulher de Cuiabá, nós ainda somos carecedores de recursos, de estrutura, de efetivo, de equipamento para poder bem atender essa mulher que vá a delegacia.

Parece que eu estou falando a mesma coisa que eu disse aqui na Audiência Pública do ano passado e na realidade nós acabamos tratando do mesmo assunto, porque quando você fala em feminicídio, número do feminicídio que aumentou no Estado e as pessoas comentam, o Brasil, o índice de feminicídio do Estado de Mato Grosso, um dos maiores índice de feminicídio do Brasil, e como que nós ainda estamos deixando que as nossas mulheres sejam mortas? Quem são essas mulheres que estão sendo mortas?

Falamos muito em política pública para poder diminuir esse índice tão alarmante de feminicídio que acontece a nossa volta, e, na hora de discutirmos políticas públicas, que esbarramos no orçamento das instituições, as pessoas acabam se calando, na verdade é isto que eu quero, nesse momento: chamar a atenção de todos para essa reflexão.

Trabalhamos, hoje... A Delegacia da Mulher faz parte de uma instituição que não tem um centavo de orçamento para fazer uma Delegacia da Mulher, não temos um centavo para construir uma Delegacia, portanto nós precisamos de parcerias para poder melhorar, hoje, até a estrutura em que nós trabalhamos.

Enquanto nós falamos em diminuir feminicídio, porque toda a sociedade começa a discutir o que é necessário para diminuir o feminicídio? E aí chegamos até as políticas públicas. Uma das pesquisas feitas a esse respeito é, justamente, essa questão de que o Estado precisa participar com equipamentos, com estrutura para que a pessoa que é vítima, hoje, de violência doméstica naquele grau que nós chamamos ainda primeiro grau, que é a injúria, ameaça, lesão leve, possa procurar os meios de denunciar.

Se você tem uma cidade que nem Delegacia da Mulher tem, como é que você vai ser... Como é que você vai ver que existe esperança em o Estado te ajudar, se você não tem nenhuma Delegacia da Mulher para você recorrer? Ou se você não tem nenhuma delegacia? Então, quando se pensa: “Olha, vamos diminuir o índice de feminicídio, vamos trabalhar?”. Nós temos que pensar que, hoje, para uma delegacia especializada aqui no Estado de Mato Grosso, a porta de entrada são seis. Temos seis delegacias em seis municípios do Estado.

No ano passado, nós apresentamos um projeto de atendimento com núcleos de atendimentos naquelas regionais onde não existem delegacias da mulher. Fizemos um estudo, apresentamos, são nove regionais que não possuem a delegacia; fizemos esse projeto; apresentamos para a Câmara Temática da Secretaria de Segurança. Inclusive, vários membros da mesa estão presentes, eu coordeno essa Câmara Temática na Secretaria de Segurança, a Grazielle está aqui, a Coronel Grazielle sabe disso. Apresentamos esse projeto e tivemos uma emenda de 400 mil reais apresentada pelo Deputado Wilson Santos.

No final do ano, não tivemos mais nenhum Deputado desta Casa que resolvesse apresentar outra emenda para garantir a construção, ou a implementação desses núcleos de atendimento no interior do Estado nessas regionais onde não possuem delegacia da mulher. Esse projeto está aí, existe, é uma ação dentro da Secretaria de Segurança, prevista no Plano Plurianual, mas não temos o recurso.

Então, muitas vezes, a instituição, a delegacia, até apresenta os projetos...
(A FUNCIONÁRIA DO CERIMONIAL INFORMA A ORADORA QUE O SEU TEMPO ESGOTOU).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

A SR^a JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - O meu tempo, por exemplo, está esgotado, eu poderia falar com vocês sobre outros aspectos e outras necessidades e poderíamos passar aqui a tarde discutindo, mas quando se diz respeito à Secretaria de Segurança, é comum discutirmos, nessas mesas de conversas e debates, porque sempre se esbarra nessa situação: segurança pública. Não falamos muito, por exemplo, da questão da educação, do trabalho. Pode até se falar, mas se fala muito da segurança pública, as mulheres querem a segurança, as mulheres querem casa de amparo, as mulheres querem proteção, as mulheres querem que se faça a medida protetiva e que essa medida protetiva chegue rápido nas mãos do agressor e que ele seja notificado.

Nós precisamos falar em emendas, falar que precisamos de orçamento, e é isso que nós não temos. Para eu ser bem simples, resumida, gente, é isto que hoje a Polícia Judiciária Civil precisa: encontrar parceiros como o Judiciário, o Ministério Público, esta Casa - a Assembleia Legislativa -, Deputados que queiram oferecer emendas parlamentares para a construção da Delegacia da Mulher de Cuiabá, porque até Várzea Grande já tem um prédio melhor.

Então, que todos pudessem ser assim em todo Estado. Precisamos de parceria para poder hoje implementar o plantão de atendimento às mulheres em Cuiabá, que é uma reivindicação do Conselho da Mulher, que é previsto dentro do Plano Plurianual, o Plano de Políticas para as mulheres já prevê o atendimento à mulher, 24 horas, e nós não temos. Entra ano e sai ano, as mulheres reclamando do atendimento 24 horas para as mulheres vítimas de violência em Cuiabá. Hoje, a Polícia Civil está tentando implementar esse plantão, com muito esforço, porque não tem orçamento. E nós estamos tentando fazer isso até junho. Então, provavelmente até junho deste ano, nós implementaremos o plantão de atendimento à mulher em Cuiabá, ao menos um ganho para a população de mulheres em Cuiabá.

Mas temos muito a percorrer nessa área de segurança pública. Eu não vou me atrever a falar de educação, a falar de trabalho, não é, Professora? Mas eu me atrevo a falar de segurança pública, porque eu estou lá, eu tenho que voltar para a Delegacia, porque provavelmente deve ter, no mínimo, dez vítimas esperando para eu assinar as medidas para serem encaminhadas hoje no nosso sistema PJe - Processo Judicial eletrônico do Poder Judiciário.

Então, enquanto estamos aqui, há outras mulheres... porque a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil. Urge que as providências sejam mais velozes, que os nossos organismos do Estado possam refletir naquilo que realmente é prático, é eficiente para poder dar resultado. Vocês me desculpem o desabafo, porque na verdade eu acredito que até é um desabafo, mas realmente a Polícia Judiciária Civil, a Delegacia da Mulher precisa de ajuda, precisa de toda a sociedade. Nós estamos fazendo a nossa parte todos os dias, mas com certeza, nós queremos melhorar. Precisamos de capacitação, precisamos de prédio próprio, precisamos de efetivo, e infelizmente são necessidades que não têm como nós deixarmos de lado e por isso eu não me atrevo a filosofar, Deputada, eu realmente tenho que colocar a realidade.

Muito obrigada pelo espaço, um bom trabalho para vocês. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Vou convidar o Deputado Wilson Santos agora para fazer o uso da fala.

O SR. WILSON SANTOS - Deputada Janaina Riva, autora em conjunto com o Deputado Valdir Barranco desta importante Audiência Pública e Deputado João José, que também acabou tendo que sair um pouquinho antes; lideranças do movimento feminino do meu Estado; telespectadores que assistem a esta Audiência Pública transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*; quero dizer que esse é um tema que nós teríamos que tratar todos os dias nesta Casa; quero saudar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

também o ex-Deputado Federal, meu amigo Professor Carlos Abicalil, e a Deputada Federal Rosa Neide.

É um tema que o Brasil tem uma dívida enorme com esse assunto e que não vai ser superado em pouco tempo, infelizmente. Somos consequência de um modelo de colonização, de um modelo de desenvolvimento baseado no patriarcalismo, no machismo e de tantos outros “ismos”, que excluíram a grande maioria da sociedade das decisões importantes do País.

Não eram só as mulheres que não votavam. Na primeira eleição direta, acontecida em 1835, só tinha direito a voto 0,1% da população, só a elite da elite. Baseado no voto censitário, o Padre Diogo Feijó foi eleito regente uno do Brasil em 1835, com um colégio eleitoral de 0,1% de toda a população nacional.

Os escravos continuaram nessa condição durante 400 anos e depois da chamada Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, muitos ex-escravos retornavam aos seus patrões, pedindo para voltarem à condição análoga de escravo porque a liberdade só piorou as suas condições. O País não se preparou para fazer a abolição, e há pessoas ainda que não compreendem as políticas de cotas, seja a cota feminina, seja por raça. A política de cotas é necessária em um País descompensado como é o nosso, desequilibrado socialmente como o nosso, injusto como é o nosso. Um país acima de tudo injusto é o Brasil. Se visitarmos Gilberto Freire, Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Iolanda, nós vamos entender como foi construída essa sociedade.

Lembro-me da novela Gabriela Cravo e Canela, inspirada na obra de Jorge Amado, que corre no Brasil de 1916, 1917, na cidade de Ilhéus, quando um marido traído mata a sua esposa e fica assombrado quando um Delegado de Polícia o convoca para prestar depoimento, porque até 1916, a legislação jurídica no Brasil permitia que o esposo traído tirasse a vida da sua esposa, estava nas Ordenações Manuelinas, Filipinas, que vieram da Península Ibérica. Somente com o advento do primeiro Código Civil, em 1916 é que esse absurdo é interrompido. E Jorge Amado mostra o espanto do marido traído que havia matado a sua esposa e sentia-se no dever de lavar a sua honra com o seu sangue e que sequer fosse importunado com o inquérito. Era uma quebra de paradigma.

Em 1916 está bem aí, são 103 anos! A mulher não teve direito ao voto, foi até 1934, mas isso não impediu que uma mulher, no interior do Rio Grande do Norte, Dr^a Lindinalva, eterna vereadora Enelinda Scala, ousasse e quebrasse o direito positivo e lançou-se candidata e tornou-se Prefeita do interior do Rio Grande do Norte, em 1928. Quatro anos antes que a lei autorizasse a mulher, o direito do voto, ser votada.

A Dona Celina, em 1928, quando era proibido o direito do voto à mulher e muito menos ser votada, ela ousou, quebrou o paradigma e foi eleita pela sua comunidade.

Então, são gestos como esses que vão fazer essas desigualdades serem reduzidas.

Quero dizer a nossa brava e eficiente delegada que me antecedeu, que ainda iremos conseguir mais emendas, porque, na verdade, a emenda foi feita para o exercício de 2019, e os colegas Deputados vários já sinalizaram que querem também colocar as emendas atendendo o pedido das lideranças femininas do Estado.

Eu tenho certeza que o Deputado Valdir Barranco vai atender, Deputada Janaina Riva já me confidenciou que vai colocar, Deputado Dr. Joao, Deputado Carlos Avalone, nós vamos conseguir sim, doutora, mais do que aqueles 400 mil. Fazendo só essa observação, a emenda foi feita para o exercício de 2019, como temos a obrigação constitucional e isso nos amarra 50% das nossas emendas, mas os outros 50% são livres, nós podemos colocar onde quisermos.

Eu tenho certeza, Rosana, que nós superaremos os 2 milhões de reais para o exercício de 2019. E sabemos o pleito de vocês, nós não fomos atrás para conferir coisa nenhuma, eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

conheço vocês, sei a origem de vocês, e sei quantas horas de sacrifício tem dedicado essa causa, por vocês não, vocês já estão muito bem colocadas, obtiveram sucesso máximo naquilo que pretenderam fazer em suas carreiras, vocês não lutam por outras Rosanas... defensora.

Lidinalva, eu conheci a Lindinalva com 11 anos de idade, 10 aninhos, dizem que eu nasci, Abicalil há 10 mil anos atrás (RISOS). Que eu nasci há 10 mil anos atrás. Mas, a Lindinalva foi minha aluninha, eu comecei a lecionar pelos anos de 1983/1984, na querida escola Adventista Centro América, no pico aceso no Araés. Fico superfeliz quando vejo uma ex-aluna chegar aonde chegou, por isso que a humanidade evolui, porque os alunos sempre ultrapassam seus mestres, porque se isso não acontecesse nós ficaríamos estagnados, a humanidade só avança, porque quem vem de trás vem melhor, vem com mais vontade, se prepara melhor e vai ultrapassando, vai puxando e nós vamos para frente.

Então, eu não tenho dúvida, foi muito bom a Dr^a Jozirlethe colocar aqui essa cobrança das emendas, eu tenho certeza que não só os Deputados que aqui se encontram, como outros também que nós encaminhamos ofício a cada gabinete, estarão ainda em tempo fazendo essa observação.

Eu quero para encerrar, dizer que a Deputada Janaina Riva, é autora de uma lei muito importante, o programa já começou, mas fica muito solto, começou no Governo Pedro Taques, que foi a implantação em Mato Grosso da patrulha Maria da Penha, mas não começou como uma lei impositiva que obriga os sucessores querendo ou não a continuar essa política pública, que é de autoria da Deputada Janaina Riva, a efetivação e a institucionalização da Lei Maria da Penha com a chamada Patrulha Maria da Penha para sempre no Estado de Mato Grosso e é o lugar também que nós podemos colocar emendas para ajudar também.

Por último, nós propomos a criação da Câmara Temática para tratar de políticas públicas afirmativas em relação às mulheres, é mais um ambiente, Glaucia, se eu for contar todas essas meninas eu vou ficar o dia inteiro, também a conheci aqui, foi estagiária no meu gabinete, sei a dificuldade que essa moça teve para fazer o curso de Direito na Federal. Sou testemunha disso.

Fazia os concursos, batia na trave, não passava na primeira, passava na segunda e, de novo, para Juíza, para Procuradora Federal e eu falei: Calma, Glaucia. Vai dar certo! E hoje aí é a nossa Procuradora de Estado, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. (PALMAS)

Quero dizer que está em excelentes mãos. Filha do professor Mário e Dona Maria. Gente que veio de veio de família muito modesta, muito humilde e subiu cada degrau de sacrifício para chegar aonde chegou e sabe; também não precisava lutar por ela, não, está muito bem de vida, tem um extraordinário salário, nível social maravilhoso, mas está aqui e não precisava estar aqui, por dever e como escrava da sua consciência, que sabe que ninguém é feliz sozinho, não é Glaucia? E a nós que Deus deu a sua autoridade e chegar aonde chegamos temos o compromisso de ajudar outros que não puderam chegar, porque eu digo sempre e repito: ninguém é melhor que ninguém, as pessoas precisam de oportunidades, ninguém é melhor do que ninguém e precisamos construir um Estado minimamente justo, que ofereça condições do alto desenvolvimento de cada ser humano.

Na sexta-feira à noite, Deputada Janaina Riva, nós fizemos aqui também uma Sessão Especial; Vossa Excelência não veio porque tinha toda uma agenda e nós dividimos, teve sexta-feira à noite, está tendo agora e à noite, hoje, de novo, então, são três eventos que o Parlamento faz.

Às vezes, fico vendo as pessoas achincalhar o Parlamento e joga Pedra e joga lama, e joga tudo, dá cascudo e belisca a gente, eu vou dizer a vocês, é o Poder mais democrático do Estado brasileiro, é o Parlamento, e aqui está um exemplo concreto, não é filosofia, nas últimas 72

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

horas a Assembleia se reuniu em três eventos distintos para tratar de uma temática só que é necessária, que é a política pública afirmativa em favor das mulheres.

Parabéns às mulheres que não precisam, mas que lutam por aquele gigantesco universo de mulheres que enquanto estamos aqui no ar-condicionado falando, discutindo ideias, neste momento, estão apanhando dos seus cônjuges, sendo humilhadas pelos seus cônjuges e excluídas do modelo de desenvolvimento deste País. É por elas que estamos aqui!

Parabéns a Deputada Janaina Riva!

Parabéns ao Deputado Valdir Barranco e a todas vocês que estão envolvidas nessa causa!

Muito obrigado! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Parabéns, Deputado Wilson Santos.

Convido, agora, a Sr^a Miraci Pereira da Silva, do MST, para fazer uso da fala.

(PALMAS)

A SR^a MIRACI PEREIRA SILVA - Boa tarde a todos e todas!

Eu estou feliz por ser convidada para participar deste evento, hoje!

Quero parabenizar cada pessoa aqui presente, em especial, os componentes da mesa, porque aqui estou vendo cidadãos e cidadãs de bem.

A minha fala será bem rápida, porque estamos em outra atividade e o momento é mínimo.

Eu sou Miraci Pereira Silva, sou assentada do Assentamento Roseli Nunes, da nossa luta no MST. Sou assentada pela reforma agrária e estou representando as mulheres do meu assentamento e de todos os assentamentos da minha região Sudoeste do Estado de Mato Grosso.

Faço parte, também, de uma associação que trabalha com alimentos limpos, a ARPA-Associação Regional de Produtores Agroecológicos, alimentos limpos. Eu estou com este papel de representar essas mulheres camponesas do meu Estado.

Eu quero dizer que pelo o que já ouvimos, pelas informações que temos, um dos grandes entraves é a falta de recurso. Não é? São as políticas públicas que fazem com que essas leis que foram criadas, que não saem do papel, sejam executadas. A política que se está desenvolvendo não é para avançar, mas para tirar o que já tem.

Então, eu quero fazer o meu apelo aos nossos representantes Deputados Estaduais, Deputados Federais, enfim, a essa cúpula que nos representa nesses setores, que lutem, tenham sensibilidade humana e lutem por essas políticas públicas para que essas leis venham a ser aplicadas, porque o que se vê, gente, para apoiar as mulheres sofridas nós ficamos barbaramente assustadas. Parece que... Esses homens violentos estão ficando cada vez mais violentos. Parece que quanto mais as mulheres se manifestam, cobram mais violência acontece. Dá vergonha vivermos em um Brasil, em um Estado onde a violência contra as mulheres cresce.

E para o meu entendimento a maior violência é tirar a oportunidade das mulheres se desenvolverem como ser humano, como cidadão. (PALMAS) Para mim essa é uma das piores violências!

Eu só quero contar um exemplo: eu faço parte dessa Associação e entregávamos os nossos produtos agroecológicos para as escolas, para as famílias de baixa renda no Município de Mirassol d'Oeste, no Município de Cáceres e essa política pública foi tirada de nós, trabalhadoras camponesas. Foi tirada de nós! O quanto foi importante para nós esse recurso! Melhorou a nossa renda no campo, mas foi negado, retirado de nós essas novas políticas que estão aí.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Então, eu quero dar este recado, fazer este apelo, dar este gripe em nome das mulheres camponesas organizadas da minha região.

Eu quero me despedir e parabenizar todas vocês, também, todos vocês homens de bem, porque quem está aqui eu quero acreditar que são pessoas de bem, de todos os setores da sociedade onde cada um de vocês se encontra.

Este é o meu recado!

Eu estarei com a mulherada enquanto Deus me permitir vida!

Onde precisar eu vou gritar...(PALMAS)...pelos nossos direitos!

Vamos ser resistentes em tudo que precisar!

Muito obrigado a todos e até a próxima. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar para usar da palavra, agora, a Professora Erivã Garcia Velasco, Pró-Reitora estudantil, neste ato representando a reitora da UFMT, Professora Myrian Serra.

A SR^a ERIVÃ GARCIA VELASCO – Erivã Garcia Velasco, Professora da UFMT e aqui, com muito prazer, representando a Professora Myrian Serra, nossa Reitora. Na verdade, eu falo em nome de uma gestão que com a Professora Myrian compõe um grupo de 6 mulheres à frente da UFMT que para nós é um dado extremamente importante quando falamos da representação ou da sub-representação das mulheres nos espaços públicos e nos espaços de gestão pública.

Primeiramente, quero cumprimentar todas vocês; cumprimentar, especialmente, reconhecendo a importância dessa mesa, dos propositores, a Deputada Janaina Riva e o Deputado Valdir Barranco; cumprimentar todas as representações de mulheres, coletivos de mulheres, de movimento feminista; coletivos estudantis ou coletivos juvenis que já se colocaram aqui; do movimento sem terra; do movimento negro, cumprimentando, inclusive, a Antonieta por quem temos profunda admiração pela inserção contínua, sistemática, nessa representação, inclusive, com outros movimentos de representação do movimento negro na própria Universidade, no nosso Conselho de Política de Ações Afirmativas; e cumprimentar, também, a representação do movimento quilombola.

E quero, também, inclusive falando em nome da Universidade, cumprimentar duas outras professoras que estão comigo aqui, na verdade, estão como parte desse público que são a Professora Keli e a Professora Vera Bertolini que são representantes de um dos nossos núcleos, mas um Núcleo extremamente importante de Estudos e Pesquisas sobre Organização da Mulher, que é o NUEPOM, que, não tenho a menor dúvida, poderia ocupar este momento para falar de um processo histórico presente na Universidade Federal de Mato Grosso em defesa da luta das mulheres, do feminismo e de todas as possibilidades, inclusive, que esse movimento de mulheres, para mulheres, com mulheres significa para a nossa sociedade.

Eu não gostaria de repetir dados, que o Deputado Valdir Barranco também expressou, para dizer o quanto nós mulheres, além de sermos maioria importante da população nacional, somos mulheres que votamos; mulheres que votam; mulheres que chefiam famílias; mulheres que trabalham em diversas áreas e campos, que concorrem a cargos públicos, que exercem cargos públicos e também comandam empresas; também tivemos a experiência de mulheres no comando deste País, desta Nação.

Contudo, é importante frisar que apesar de passos que possamos ter dado no processo histórico brasileiro de conquistas, nós, ainda, vivemos uma condição e uma situação de desigualdade de gênero que assola, inclusive, todos os cantos da nossa vida, da vida brasileira, na sociedade brasileira. Ou seja, não é por menos que aquele dado nos assusta tanto, nos indigna tanto,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

que é a posição que o País ocupa, da 90ª posição em um *ranking* do Fórum Econômico Mundial que analisa a igualdade entre homens e mulheres entre 144 países. Ou seja, na verdade, o Brasil inclusive caiu onze posições nesse *ranking*.

E nós conhecemos cada dado desse também expressado pelo Deputado Valdir Barranco. Ou seja, nós mulheres brasileiras temos menor remuneração; sofremos mais assédio; somos mais sujeitas, inclusive, ao desemprego e estamos, ainda, muito sub-representadas na política.

E não bastasse tudo isso, corremos mais risco, como vocês já lembraram, de sermos silenciadas, das nossas vozes serem impedidas a exemplo da voz corajosa de Marielle Franco que com a sua fala ameaçou abalar as fortes estruturas de poder constituído. E como ela, temos outras; como ela, temos mulheres do campo, mulheres camponesas.

Quero saudar a Miraci que, com tanta autenticidade, falou dessa sua condição e dessa sua vivência como mulher camponesa.

Gostaria de aproveitar este momento para dizer que, talvez, a expressão dessa desigualdade nunca ganhou tanta evidência como apesar da fala de um presidente que brinca com feminicídio, o que é um absurdo, inconsistente e digno de um rebatimento veemente e à altura. (PALMAS)

Na verdade, a Organização Mundial da Saúde mostra tanto que o nosso País, o Brasil, é o quinto País com maior taxa de assassinato de mulheres, ou seja, de pessoas que morrem pelo simples fato de ser mulher.

O fato é que a desigualdade de gênero no Brasil tem dimensões exigentes de respostas contundentes e no nível de agressividade que as próprias mulheres sofrem.

Eu ouvi alguns de vocês falando se nós, de fato, precisamos de novas medidas legislativas ou de novas políticas. Obviamente, não vou dizer... Já saturamos a nossa capacidade, inclusive, de propor medidas, sejam legislativas, sejam do ponto de vista das políticas públicas, para responder o nível de desigualdade que temos. Nós podemos, sim, e devemos, sim, temos muito mais a propor para enfrentar as desigualdades de gênero.

Em nome da Universidade - o meu tempo está esgotado - gostaria de, talvez, apresentar aos componentes da mesa, especialmente aos propositores, Srs. Deputados, sociedade civil, inclusive, aqui representada... Eu acho que todos nós, também, temos acompanhado os ataques que as universidades públicas estão vivendo.

Quero trazer um dado que nos interessa muito, do ponto de vista da desigualdade educacional, as mulheres hoje são maioria nas universidades públicas. Mas são essas mesmas mulheres que ao ingressarem na universidade pública, também, têm muito mais vulnerabilidades que os homens. Então, ali se expressa também a desigualdade de gênero.

Os ataques que a universidade pública vem sofrendo - e é nisto que eu quero concentrar agora uma possibilidade de construção com esta Casa, mas, também, de construção...

O Sr. Wilson Santos - A senhora me permite um aparte?

A SRª ERIVÃ GARCIA VELASCO - Sim.

O SR. WILSON SANTOS - Eu tive o privilégio de ser Prefeito de Cuiabá, o Deputado Valdir Barranco também foi Prefeito, e tivemos lá Secretários e Secretárias.

Quero dizer a senhora que as Secretárias mulheres são mais honestas. Raramente se vê o nome de uma mulher envolvido em mensalinho, mensalão, Petrobrás, Eletrobrás. Raramente se vê o nome de uma mulher envolvido em escândalos de corrupção, são mais honestas, são muito mais sensíveis e muito mais comprometidas com aquilo que assumem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Está falando aqui um ex-Gestor e acho que o Deputado Valdir Barranco, também, teve lá na sua gestão mulheres comparado com os homens.

Apesar de todas essas pressões que a senhora está dizendo aí, essas características são intrínsecas à mulher na gestão pública.

A SR^a ERIVÃ GARCIA VELASCO – Continuando o meu raciocínio, uma coisa que eu gostaria, até porque o meu tempo está esgotado e não posso me estender mais, de dizer é o seguinte: o que nós podemos, pensando que não saturamos a nossa capacidade de enfrentar as desigualdades de gênero, uma vez que elas se manifestam, inclusive, por recortes muitos específicos, é preciso que ajustemos essa lente, inclusive... Quando a Antonieta está falando aqui da desigualdade que as mulheres negras sofrem, e é importante que ajustemos esse foco, sim, é por isso que a defesa das cotas e das políticas de ações afirmativas são extremamente importantes...

Quero propor a esta Casa, assim como é importante cobrar do próprio Governo do Estado, políticas ou ações que colaborem, que reafirmem o papel que a Universidade Pública tem no Estado de Mato Grosso.

Quero dizer para vocês que hoje os nossos estudantes são estudantes na maior parte do Estado de Mato Grosso. A UFMT e acredito que a UNEMAT e o próprio IFMT estão formando os nossos estudantes, os estudantes de Mato Grosso. Temos demanda para serem respondidas, do ponto de vista da desigualdade de gênero, inclusive, que passam por apoios que nós vamos ter que reafirmar e reforçar numa luta, seja junto ao Ministério da Educação, inclusive por meio do parlamento federal - estou vendo a Professora Rosa Neide e esse é um diálogo que vamos reafirmar com o governo federal -, mas também com o governo do Estado e esta Casa é importante para isso.

Nós precisamos de projetos e propostas de implementação de moradias estudantis; precisamos que o público, o segmento de estudantes quilombolas quem vem para a UFMT também sejam apoiados na sua capacidade de se manter, permanecer na universidade.

Esse é um diálogo que fazemos, sim, com o MEC, porque precisamos reconhecer do ponto de vista da esfera aquilo que é competência do MEC, mas é preciso dizer que o governo do Estado e esta Casa podem, sim, colaborar muito para o enfrentamento das desigualdades de gênero que acontecem também no âmbito das universidades dos estudantes universitários.

É colocar o saber da universidade, mas também a ação da universidade a serviço da luta das mulheres e das mulheres do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Convido Amanda Souza, do Levante da Juventude, para fazer uso da fala agora.

A SR^a AMANDLA SOUZA – Boa tarde!

Só uma pequena correção, o meu nome é Amandla Souza.

A SR^a AMANDLA SOUZA – Eu gostaria de cumprimentar a mesa na figura da Professora Erivan, que hoje representa a Universidade Federal de Mato Grosso, que tanto contribuiu com a minha formação pessoal e profissional; e todos os presentes na figura da companheira Leliane, do SINTEP, que está na linha de frente em inúmeras lutas que travamos neste Estado.

Falar de política pública para mulheres e falar do papel da mulher na sociedade não há como não falar da educação.

Nós podemos discutir e devemos discutir a necessidade das delegacias da mulher, a necessidade do núcleo de apoio, das casas de apoio, mas se não tivermos políticas públicas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

educacionais, nós não quebraremos esse ciclo, esse ciclo que é da normatização da violência contra a mulher.

Precisamos não só punir o agressor, precisamos nos inserir nos espaços educacionais para evitar a formação de novos agressores.

Enquanto a violência contra a mulher for vista num mimimi, como a companheira agora há pouco falou, o mimimi - toda mulher que se levanta é um mimimi - continuaremos tendo novos agressores.

A cada um que prendemos outros dez se formam nessa sociedade que é essencialmente racista, machista e “LGBTfóbica”.

É papel da educação lidar com essas contradições. É papel da escola, das universidades, como diz o tripé educacional que eu tanto citei no meu tempo de movimento estudantil, a universidade serve para formar agentes transformadores de sociedade.

Então, quando falamos de política pública, temos que chamar para compor - não sei se está presente, e se estiver já peço desculpas - a SEDUC.

Temos que cobrar a Secretaria de Educação que dê respaldo aos professores que estão lá no dia a dia para debater gênero, sim, para poder dizer que dessa escola serão formados novos companheiros e novas companheiras que entenderão a especificidade de gênero. Porque todas as vezes que falamos que temos que debater gênero na escola se criou a falácia da tal da ideologia de gênero.

Nem sei que diabos é isso: ideologia de gêneros.

Eu conheço a identidade de gênero. Isso eu conheço. Isso precisamos discutir. Isso é respeito, isso é sensibilidade, é saber que eu preciso entender da diferença do outro.

E se não for na escola onde faremos esse debate essencial, onde será?

Muito me entristece ver essa grande comoção nacional para criminalizar esses nossos professores e professoras que tentam fazer esse debate em sala de aula.

Muito me entristece ver que universidades que têm núcleos de debates de gêneros...

Hoje existe até a possibilidade da criação de uma “lava jato da educação”.

A que ponto chegamos!

Não posso encerrar a minha fala - e eu já recebi um bilhete de que meu tempo está esgotado - sem falar desse Decreto Presidencial a respeito das armas.

Quando falamos da violência contra a mulher, temos que pontuar a ferida. As mulheres são agredidas por quem na sua soma maioria? Dentro de casa, pelos seus companheiros que a partir desse momento conseguem ter uma flexibilidade de aquisição de arma. Quem é que está do outro lado dessa arma? Quem é o alvo dessa arma?

Falando como uma jovem mulher negra, somos nós o alvo dessa bala. Somos nós, nas periferias deste Brasil, que vamos sentir o que é essa flexibilização das armas.

Nós não podemos pensar que os direitos das mulheres são garantidos. Não. Muito pelo contrário. Em todo momento de crise são os nossos direitos que são questionados em primeiro lugar.

Precisamos nos manter na luta, sempre!

Nós, as mulheres de todos os setores onde estivermos inseridas, temos que ser linha de frente, temos que cavar essa trincheira de luta e resistência.

E, para encerrar, o Deputado Wilson Santos disse bem das companheiras que estão aqui lutando pelas outras, não vou poder encerrar sem fazer uma citação: “eu não serei livre

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

enquanto todas as mulheres não forem livres, mesmo que sejam diferentes as algemas que as prendem”. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Parabéns, Amandla!

Agora a Ten. Cel. Paula Regina Peixoto, Coordenadora do efetivo do Comando da Polícia Militar. (AUSENTE)

Vou convidar, então, para fazer uso da fala a Dr^a Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça de Mato Grosso na área de Violência de Gênero, Direitos Humanos das Mulheres, Violência Doméstica Contra a Mulher.

A SR^a LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA – Boa tarde a todas e a todos!

É com muita alegria que estamos aqui novamente fazendo este debate.

Parabenizo os Deputados aqui presentes: Deputado Wilson Santos, Deputado Valdir Barranco, a nossa Deputada Federal Rosa Neide, que muito nos honra - a senhora nos representa, a Deputada Janaina Riva e a Senadora eleita -, porque é tão difícil para nós mulheres ocuparmos esses espaços públicos de poder principalmente a área da política.

Tem doze anos que eu atuo nessa área de enfrentamento à violência doméstica e gostaria de ressaltar a nossa dificuldade diante da ausência de políticas públicas.

Parece que depois da Lei Maria da Penha foi entregue para o Judiciário, para as Delegacias, para o Ministério Público, o dever de enfrentar essa questão tão complexa que é a violência contra a mulher... E é evidente que nós não vamos conseguir evitar esses males, nós punimos o agressor, mas nós não conseguimos evitar a violência.

Hoje, nós temos o dado estarrecedor de que a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil, e Mato Grosso está entre os maiores números de feminicídio do País.

Nós precisamos, então, ter políticas públicas que não sofram solução de continuidade, que saia o prefeito, mas continue a política; que saia o governador, que mude, mas que continue essa política, o que nós não temos hoje. Nós somos a única Capital do Brasil que não temos um Centro de Referência para Atendimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica. Isso em um Estado de vanguarda, que foi o primeiro do Brasil a aplicar a Lei Maria da Penha.

Está aqui a Dr^a Amini Haddad que assistiu isso. E o pior de tudo, esse recurso federal já veio para Mato Grosso e foi devolvido, porque não era importante para as pessoas que estavam no poder realmente criar esse Centro de Referência. Isso é importante? Muito. Mariza, que está aqui, representando a BPW, que é tão importante para o empoderamento das nossas mulheres.

Isso é muito importante, porque tem mulher que não quer o processo. Ela vai à delegacia, porque não tem outra porta que se abre para ela. Ela não quer que o agressor... Ela não quer se separar do agressor, ela quer que ele deixe de bater nela. E nós não temos nada.

As mães agredidas choram todos os dias nos nossos gabinetes pedindo que nós não liberemos os seus filhos viciados em drogas e que são agressivos, que não permitem que elas tenham uma vida em paz. E nós não temos sequer os locais adequados para enviar esses homens que sofrem com o vício de álcool e drogas, muito menos os centros de reeducação desses agressores.

Por que é tão diferente, tão difícil trabalhar na violência doméstica? Porque o agressor doméstico não é um bandido! Não é um criminoso feroz! O agressor doméstico é gente como a gente, como o nosso pai, como o nosso irmão, como o nosso tio. Por isso é tão complexo, são relações de amor e ódio, são relações em que a mulher deseja se libertar da violência, mas não da presença do seu companheiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Nós precisamos... Ano passado, eu estive aqui numa outra Audiência Pública pedida pelo então Deputado Guilherme Maluf, e a partir dessa Audiência Pública com uma lei que já tínhamos da Deputada Janaina Riva... Está sendo implementada essa patrulha Maria da Penha, mas nós queremos que esse serviço seja feito de forma regular, independentemente de quem esteja no poder. Nós, mulheres, assim como nós nos apoderamos da Lei Maria da Penha, temos que cobrar e nos apoderar dessas políticas públicas, que são imprescindíveis.

Eu sei que a Deputada Janaina Riva tem uma lei que visa levar para os bancos escolares esse debate de suma importância que é o enfrentamento da violência doméstica. E não muda nada se nós não passarmos pela educação, os homens vão continuar matando, como eles matam hoje as mulheres com o mesmo requinte de crueldade de outrora, por quê? Porque é a questão da posse, é a questão da mulher não querer mais. O Flávio Gikovate já disse que o amor romântico é regido pela impossibilidade, quanto menos o outro te quer, mais você se apaixona.

Então, temos todos os dias mais de 71% de feminicídios praticados por companheiros e ex-companheiros exatamente no momento que a mulher não quer mais, ela resolve por fim a uma relação abusiva, ela é assassinada, porque esse homem que, muitas das vezes, já até tem outras mulheres, outras companheiras, mas ele tem a questão da posse, de não respeitar o corpo e o não dessa mulher.

Isso nós não vamos resolver apenas aplicando a Lei Maria da Penha, porque este é um dos Estados que mais prende homens por violência doméstica. Se só isso resolvesse, nós não teríamos mais problemas de violência doméstica aqui em Mato Grosso.

Nós precisamos, sim, de políticas públicas, de esse assunto ser realmente debatido nos currículos escolares e de projetos do Estado, do Município e da União que venham amparar as mulheres e seus anseios por dias melhores, que haverão de surgir.

Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Ana Cláudia Pereira, Coordenadora da Pastoral Carcerária de Mato Grosso.

A SR^a ANA CLÁUDIA PEREIRA – Boa tarde.

Meu nome é Ana, eu sou visitante religiosa da Igreja Católica no presídio feminino há 07 anos.

Se a violência contra a mulher nas ruas e até nas próprias casas assustam todos nós, imaginem nos ambientes prisionais, em sua maioria tomada por mulheres que são pobres, negras, marginalizadas, abandonadas pelos seus parentes, às vezes, pelos seus companheiros e desprezadas pela sociedade.

Nesses 07 anos de Pastoral Carcerária, eu conheci 03 moças mortas sob a custódia do Estado: Maria Aparecida, Rosilda e Paula.

Eu não vim falar sobre a violência contra a mulher nas ruas, eu venho falar da violência institucional contra as mulheres nas unidades prisionais de Mato Grosso.

Frequentemente, eu, meus irmãos de missão e o Padre Osvaldo, que nos acompanha na unidade feminina, chegamos à unidade prisional com as nossas orações, os nossos estudos bíblicos, mas nós somos abordados pelas reclamações, pelos pedidos de socorros das mulheres.

A violência nas unidades prisionais é muito grande, é spray de pimenta, é abuso, é violência verbal. São coisas extremamente graves que nós encaminhamos com bastante frequência para as autoridades, mas infelizmente, se antes conseguíamos constranger o Estado com a nossa presença, hoje percebemos que esse cenário está cada vez mais complexo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Hoje, eu venho a esta Casa, Dr^a Rosana Leite, a quem eu cumprimento, cumprimento a todos da mesa, mas de forma bastante especial a Dr^a Rosana Leite, porque ela conhece a nossa realidade, e eu não me canso de agradecer a Deus por pessoas com a sensibilidade da Dr^a Rosana, porque o Estado, realmente, machuca os segmentos sociais que lidam com essas pessoas, que são muito pobres e marginalizadas, às vezes, saímos de algumas situações extremamente revoltados.

Venho fazer um apelo a esta Casa para que nos ajude no combate à violência institucional contra as mulheres em Mato Grosso, de forma muito especial em quatro pontos.

A presença de agentes prisionais masculinos, dentro das alas das mulheres, é uma reclamação constante e frequente da Pastoral Carcerária. Muitas vezes, o Estado nega, mas já tivemos algumas vitórias e as próprias encarceradas conformaram essas denúncias.

Os homens podem ficar na parte de fora da unidade prisional: no serviço de torre ou como motoristas. Mas não dentro das alas das mulheres e muito menos das celas das mulheres e, hoje, isso acontece, infelizmente, no Estado de Mato Grosso.

O uso do *spray* de pimenta. Como nada na missão é gratuito, eu já tive o desprazer, por acidente, de passar por isso, um agente utilizou, e eu passei por essa situação. Inclusive, *spray* de pimenta pode matar, se ele for utilizado em ambiente fechado.

A violência psicológica, que é muito forte.

E, por último, já encerrando a minha fala, políticas públicas que deem suporte para a mulher que queira deixar o crime, sair do crime. Sair do crime, gente, não é fácil. Fácil é entrar. Mas essas mulheres, muitas vezes, são escravizadas pelo crime organizado e elas não têm um apoio, o suporte suficiente para isso.

Finalizando, hoje a Igreja celebra em todo o mundo a liturgia que pede que visitemos e apoiemos os presos. E é nesse espírito que eu agradeço a atenção de vocês, peço as orações e o apoio de todos.

Muito obrigada. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Obrigada, Ana Cláudia, pela contribuição.

Agora, convido a Dr^a Amini Haddad Campos, inclusive, é autora deste livro: “Vulnerabilidades e Direitos”; é juíza de direito e coordenadora do Núcleo de Estudos Científicos sobre Vulnerabilidade.

A SR^a AMINI HADDAD CAMPOS - Boa tarde!

Primeiramente, eu gostaria de parabenizar pela oportunidade deste evento, deste diálogo público tão imprescindível, Deputada Janaina Riva e Deputado Valdir Barranco! Parabéns pela iniciativa!

Também gostaria de cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa; os presentes neste diálogo que realmente faz parte de uma agenda tão necessária de política pública que até hoje não se dimensionou, de fato, aqui no Brasil.

Nós poderíamos começar a falar e a tratar de várias situações específicas de vulnerabilidade de mulheres. Vou citar um caso. Estamos falando muito especificamente com relação à violência doméstica familiar contra a mulher, mas vou citar um caso que acompanhamos em decorrência da coordenação do Núcleo de Vulnerabilidade na Universidade Federal de Mato Grosso, que foi um assédio sofrido por uma servidora, uma mulher que era bancária. O chefe dela, que seria o gerente, impunha determinado papel para ela desempenhar para conseguir venda de determinadas pastas para aumentar, na verdade, os ganhos que ele deveria usufruir, porque eles têm

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

mais ou menos um cronograma de quanto de investimento deve ser ofertado. Pois essa servidora, essa bancária, era obrigada a fazer certas ofertas sexuais, dizendo que se ela não as fizesse, seria então demitida.

Esse processo seguiu inclusive com uma condenação em primeiro grau com muita dificuldade probatória, porque é difícil as pessoas falarem sobre isso com medo também de serem demitidas. Ela recebeu um valor de cinco mil reais por ter passado dez anos sofrendo isso.

É para vocês terem uma ideia do que vem a ser essa temática da violência contra a mulher, essa apropriação do feminino, essa coisificação do feminino, que não é uma problemática só do Brasil, é uma problemática mundial, esse desvalor, o conceito do feminino é esvaziado na sua humanidade.

Dá para resolver isso? Como que lidamos com a questão cultural? A questão da violência contra a mulher ganha na verdade uma projeção, uma dinâmica diferenciada das demais violências, isso é importante dizer, é importante perceber. Tanto a temática de um liberalismo do Estado... E vemos as políticas liberais e as políticas comunitárias - e eu posso citar alguns casos de políticas comunitárias - não tratam efetivamente a situação de condicionamento do feminino.

Eu poderia citar vários casos, a minha tese de doutorado especificamente foi sobre isso, a violência sofrida nas tribos indígenas no Brasil, poderia também tratar sobre a questão do liberalismo, que passa na verdade toda a projeção de dinâmica referente a essa conceituação, a esse conceito de igualdade que está tão somente no campo formal, que macula na verdade a compreensão de que essa igualdade na realidade não se realiza, se não enfrentarmos exatamente as dinâmicas de conceitos que são tão diversos em relação ao feminino.

Isso se encontra nas relações, eu posso aqui dimensionar inclusive conceitos do universo feminino para vocês perceberem. Eu falei isso na sexta-feira, sobre qual é o conceito de vadia e vadio, quando participei aqui com a iniciativa do Deputado Wilson Santos. De vadio é o homem que não quer trabalhar, mesma palavra, eu só mudei o gênero da palavra. O que é e o que significa vadia? Olha o desvalor se encontrando exatamente na identidade do feminino, o sexo.

Então, quando nós falamos sobre isso, é importante falarmos, essa violência é uma violência estruturada, que permeia instituições, não são só ambientes públicos, ou ambientes... não, permeia instituições... Anteriormente aqui se descreveu a questão específica com relação à atuação institucional que também dimensiona a vulnerabilidade do feminino, também a violência contra a mulher.

Não vamos ter representações femininas no poder enquanto nós não mudarmos exatamente esse conceito de desvalor do feminino.

Eu poderia citar vários teóricos aqui, que são teóricos que fundamentaram a exclusão do feminino, como Proudhon, que dizia “que a mulher não é propriamente humana, que a racionalidade dela é diminuta e, portanto, ela não deveria participar dos espaços sociais”; poderia citar Kant, Kant dizia que não era bom trabalhar raciocínio com as mulheres, porque elas não teriam dimensionamento de racionalidade, então, não era bom ensinar geometria, ensinar na verdade ética efetiva dentro de um dimensionamento de racionalidade ao feminino, porque não seria absorvido por mulheres, eu trabalhei sobre isso também no livro; poderia citar Theodor Von Bischoff, que na verdade fundamentou, ainda mais no século XVIII ao século XIX, a exclusão do feminino, eu retratei isso no livro que eu e a Dr^a Lindinalva escrevemos: “Direitos Humanos das Mulheres”. Theodor pesava os cérebros e chegou à conclusão de que os cérebros femininos eram em torno de 50 gramas a menos que o tamanho, que o peso do cérebro masculino, portanto, as mulheres não seriam tão inteligentes quanto os homens. E ele deixou um testamento, dizendo que quando ele morresse,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

que o cérebro dele fosse pesado, porque certamente era o cérebro mais pesado de todos os homens. Por então, quando ele morreu, foi pesar o cérebro, a equipe foi pesar, e era vinte gramas a menos do que o peso do cérebro feminino. E essa pesquisa ficou escondida até mais ou menos 1960 e foi descoberta pela Universidade de Cincinnati e Universidade de Princeton que desenvolveram todo um arcabouço teórico para desvendar tudo isso que foi construído por Theodor Von Bischoff, mas aí ele já tinha incentivado inúmeras legislações, inclusive a nossa, de 1916.

Então, o que é que nós temos que frisar? Esse esvaziamento do conceito humano da existência do feminino precisa ser enfrentado com políticas sérias, porque há quarenta, cinquenta anos era bonito fumar, e de repente mudou totalmente o perfil com propagandas ali, com uma tarja dizendo: fumar mata! Fumar causa câncer! Fumar destrói. Enfim, mata!

Por que não, cada propaganda que passa uma mulher lá no sabão em pó, lavando vasilha, limpando casa, não apareça uma tarja também similar dizendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Isso custa para o Estado? Absolutamente nada! Por que não se faz? É uma política pública extremamente simples! Extremamente simples. Passa lá a mulher no carro praticamente pelada, por que não coloca uma tarjinha: a coisificação do feminino destrói a equidade, destrói a igualdade entre homens e mulheres. Precisa se construir isso, mas precisa querer construir isso. Precisa querer construir isso. (PALMAS).

Então, é importante dimensionarmos quais são as políticas públicas que nós vamos realizar, não necessariamente ela exige muito dinheiro, basta realmente uma pretensão de solução e engajamento público, de engajamento do Estado no sentido de desenvolver políticas públicas de estado para equidade. Não basta só a legislação dizer que homens e mulheres são iguais em deveres, obrigações, direitos. Não! Nós estamos vendo que só temos aqui a Deputada Janaina Riva nesta Casa. Como é que eu posso falar em conceito de democracia onde eu tenho uma sociedade com quase 52% de mulheres e uma mulher, uma mulher no Legislativo, como é isso. Então, há algo errado, eu preciso enfrentar, eu preciso dimensionar que algo é esse, e acho que nós temos que dimensionar quais são as políticas públicas que devem ser realmente sérias para esse controle da violência que é tão absurdo, não só Brasil como no mundo, mas no Brasil mais ainda.

O Brasil é o primeiro colocado no tráfico de mulheres, gente que número é esse? É o quinto em feminicídio, e olha que estava falando aqui o seguinte, que essa estatística ela é mascarada, se realmente conferissem a realidade dos assassinatos de mulheres o número seria muito maior. Não sei se vocês acompanharam aquele caso daquela menina de 15 anos estuprada no Rio de Janeiro, todo mundo estava lá e compartilharam, a questão do *WhatsApp*, passou lá na internet, quais eram os comentários inseridos “vamos fazer fila, vamos terminar de arrombar, vamos até matar.”

Quantos não morrem assim? E aí não chega nunca a decifrar que era uma ocorrência de feminicídio, porque esse controle da investigação nem sempre acontece, para essa modalidade de apuração.

Então, precisamos falar disso, o número é muito pior, essa é a verdade, essa é a verdade, dura, nua e crua.

Espero de fato poder viver tempos melhores para muitos que pensam aqui, a Dr^a Lindinalva é promotora, a juíza Amini, eu como magistrada pensam que nós alcançamos um tratamento onde nós estamos, na instituição, a Rosana como Defensora Pública, se vocês acharem isso é uma grande mentira, basta olhar a questão do nosso acesso à promoção nos Tribunais Superiores, dificilmente as mulheres são valorizadas no momento das promoções, isso é uma verdade. Mas por quê? Porque há um desvalor ao feminino, terrível! Terrível!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Então, é uma questão cultural, vamos lidar com ela? Vamos superá-la, vamos trabalhar de fato com os horizontes que nós precisamos construir, porque a igualdade formal não nos basta.

Quero agradecer a oportunidade desse diálogo, me colocar a disposição, colocar à disposição o nosso núcleo também de Vulnerabilidade, tanto na minha atividade como Juíza, eu acredito que podemos construir, sim, muitas questões com parâmetros públicos de políticas públicas, inclusive, normativas para esses horizontes, sem tanto custo, como é o caso que eu citei aqui que a questão do cigarro. Poderia ser feito uma política similar, basta o dimensionamento e vontade do Estado.

Obrigada a todos. Vamos com fé! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, Dr^a Amini, pela aula.

Vamos convidar a Dr^a Maria Aparecida Cortez, do Sintep de Várzea Grande, do coletivo de mulheres.

A SR^a MARIA APARECIDA CORTEZ- Boa tarde a todos, a esta mesa, a este tema, a esta Audiência maravilhosa.

Venho aqui em nome do Sintep Estado de Mato Grosso, cumprimentar o nosso companheiro, Carlos Abicalil, um grande educador, um homem também nessa luta da igualdade das mulheres, muito importante.

O Sintep de Mato Grosso traz como compromisso nesta Audiência... é um Sindicato da Educação Básica em que a sua grande maioria são de mulheres trabalhadoras.

O nosso compromisso é de fazer o enfrentamento de continuar fazendo o debate de gênero, de continuar debatendo a cultura da violência, de continuar dizendo que, ainda que alguns e algumas não queiram fazer esse debate, não queiram trazer esse assunto para pauta, o nosso sindicato irá fazer.

Quero chamar a atenção desta Casa, que aprovou um plano estadual da educação debatido numa grande conferência e por decreto o ex- Governador retirou as questões de gênero do plano estadual, quero a manifestação desta Casa, porque é uma violência que ele cometeu não respeitando a lei aprovada, não respeitando a conferência.

Quero dizer, que o Sintep também vai continuar fazendo debates a respeito da diminuição da idade penal, que tem um viés apenas de criminalizar os mais pobres, os pretos, as pretas e os monas, mas não tem, absolutamente...

Quero repudiar a fala do Presidente que para combater o feminicídio, agora, daria uma arma as mulheres, porque aí teriam mais homicídios. É lamentável! É muito triste este tempo em que vivemos, mas vamos continuar o debate e educando para outra sociedade, buscando educar e contribuir para outra sociedade, ainda que seja um debate difícil, porque no chão da escola, também, tem mulher machista. Em todos os ambientes há mulher que reproduz, mas há os homens que contribuem para esse debate fraterno como há, também, outras mulheres.

Trago, também, um manifesto que protocolarei na mesa que foi assinado pelas mulheres mato-grossenses que estão na luta, no último dia 08 de março, na plenária que aconteceu na Praça Alencastro. Neste manifesto estamos pedindo a todas as autoridades presentes, a todas as pessoas participantes desta Audiência Pública, dizerem NÃO à reforma da Previdência proposta pelo Governo Federal pelos impactos negativos na vida de todo povo brasileiro, em especial, das mulheres.

Queremos, também, solicitar políticas públicas direcionadas às mulheres que efetivem os seus direitos; queremos o engajamento deste Parlamento para que seja feito esse

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

trabalho de revogação da Emenda Constitucional nº 81, que é o famigerado “Teto da Morte”, porque essa emenda atingirá de morte, principalmente, essas políticas públicas para as mulheres, essas políticas públicas à sociedade. Então, é preciso ser revogado isso.

Também, é preciso, Professora Rosa Neide, a articulação para revogação da Emenda nº 95, em nível federal, para que haja o financiamento da educação, o financiamento da saúde, o financiamento de políticas públicas para a vida e não para a morte. É preciso que haja a revogação da reforma trabalhista que, também, atinge todo o conjunto de trabalhadores, especificamente, mais as mulheres. Também, é preciso dizer NÃO ao pacote anticrime que dificulta a identificação e a punição do feminicídio. É preciso ter respeito às mulheres, aos direitos das mulheres e a todas as diferenças!

Eu não sei se o pessoal da SEDUC, ainda, está aqui, mas eu vi anunciando essa presença...

Quero fazer memória que na gestão da Secretária Rosa Neide, juntamente com o Secretário Ságuas Moraes, foi criado no âmbito da Secretaria de Estado de Educação a Superintendência da Diversidade que atuava, trabalhava nas questões da diversidade quanto ao quilombola, ao gênero, ao campo, mas que, lamentavelmente, no atual Governo é um desmantelo. Há mais punição, há mais PAD para quem faz qualquer debate do que propriamente o encaminhamento das políticas.

Por mim, agora, e falo em meu nome, peço licença para repudiar a entrevista da Senadora que foi, hoje, publicada e que diz que os trabalhadores, que o MST usurpa do INCRA, tratando-os como bandidos. E a Sr^a Miraci veio aqui trazer o recado, veio repudiar, porque, também, por ocasião da sua posse e perguntada qual seria a pauta da Senadora Selma Arruda ela disse que para as mulheres ela não teria uma pauta, porque a pauta dela não compunha. Portanto, o nosso debate não é somente ser mulher. De qual mulher nós estamos falando? Com qual conceito ela ocupa os espaços? E, hoje, ela está no Diário dizendo que faz parte da Frente Parlamentar do Agronegócio, que é o que ela representa. Então, que ela, também, que ocupa um espaço público, tenha esses olhares para as diferenças e que possamos construir, promover ações que elevem a qualidade de vida das mulheres de forma física, emocional, renda. E que esta Casa, também, juntamente com o Governo, encaminhe pesquisa para saber o que é feito dos filhos e filhas dessas mulheres assassinadas; que destino essas pessoas têm. Qual é o acompanhamento que essas pessoas têm? Nós não conhecemos, não sabemos, mas, provavelmente, é o abandono e muitas delas, hoje, estão na dependência dos avós.

Então, parabéns aos componentes da mesa, à Deputada Janaina Riva, ao Deputado Valdir Barranco pela Audiência Pública e que possamos construir dias melhores. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Parabéns, Maria Aparecida!

Eu gostaria, agora, de convidar para usar da palavra, com muita honra a única Deputada Federal mulher da Bancada de Mato Grosso, a Professora Rosa Neide de Almeida, nossa Deputada Federal. (PALMAS)

A SR^a. ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA – Boa tarde a todos e todas!

Gostaria de cumprimentar toda a mesa; cumprimentar a Deputada Janaina Riva, representante das mulheres na Assembleia Legislativa; cumprimentar o Deputado Wilson Santos e o nosso Deputado Valdir Barranco que, hoje, é aniversariante e está aqui nessa tarde o que é muito importante.

Eu vejo que quando a Assembleia Legislativa abre as portas para discutir algum assunto, como o Deputado Wilson Santos lembrou aqui, por 3 dias seguidos, em 3 momentos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

discutindo as questões da mulher... E que não seja só no mês de março, mas que possamos discutir isso o ano inteiro e que a mulher possa, realmente, a partir da tomada de consciência... E aqui a Cida falou muito bem de qual mulher estamos falando, porque, às vezes, temos mulheres que nos representam, temos homens que representam muito bem a bandeira das mulheres. Eu acho que sem esses companheiros ao nosso lado não vamos construir as alternativas necessárias para que a mulher ocupe, realmente e verdadeiramente, um espaço. E nós temos que saber quais são os homens, quais são as mulheres, quais são as bandeiras que cada um e cada uma defende, especialmente, no Parlamento para que possamos melhorar a nossa condição de mulher no Brasil, de mulher no Estado de Mato Grosso.

Eu acho que as pessoas que me antecederam aqui são grandes companheiras, pesquisadoras, pessoas que representam as comunidades, como foi o caso da fala da Miraci, do MST, e da Ana Cláudia que acho que trouxeram exemplos muito reais do que acontece lá na ponta da nossa sociedade. É preciso chamar atenção para o *spray* de pimenta para agredir mulheres que, muitas vezes, só com a presença da Polícia já está dominada no espaço de prisão e, às vezes, ela é...

Com certeza, a Ana Cláudia teria mais coisas aqui a declarar e o ambiente não permite que ela assim faça. O que sei é que a presença da Ana Cláudia aqui para mim é fundamental.

Nós estamos em uma Audiência Pública para que todas nós possamos aprender; para que todos nós possamos aprender, mas, às vezes, nos esquecemos de alguns detalhes: da companheira que está presa, da companheira trabalhadora do campo que está lá com essa reforma da Previdência para acabar com a vida dela; da companheira que está em sala de aula e que o Governo, o atual Governo Federal está propondo aumentar 10 anos na vida útil de trabalho dela, Cida, para ela continuar alfabetizando aos 60 anos de idade depois de 40 anos de contribuição, e da mulher, de uma forma geral, que de novo na chamada Reforma da Previdência vai passar de 60 para 62 anos para aposentar.

Então, essa chamada Reforma focou nas mulheres, especialmente, numa total destruição dos nossos direitos, especialmente, como profissionais, olhar a pessoa que trabalha e que é profissional.

Hoje vi numa entrevista, Deputada Janaina Riva, alguém perguntar: “Como é que vai comprovar que alguém realmente morava no campo?” Aí alguém lembrou uma fala do Presidente Lula: “Cumprimenta a pessoa, toca a mão, olha os calos da mulher ou do homem que mora no campo para ver se ele realmente trabalha ou não..” (PALMAS). Mas o atual Presidente não quer nem reconhecer que o trabalhador e a trabalhadora do campo, de sol a sol, que com 50 anos de idade você olha o rosto de uma pessoa sofrida da roça e pensa que ela tem 70, 80 anos de idade. E nem isso, nem as próprias feições à frente de qualquer pessoa não são o suficiente para garantir direitos que foram conquistados na luta.

Então, por isso, lá na Câmara nós vamos defender fortemente os direitos das mulheres, dos homens, dos trabalhadores e trabalhadoras, de uma forma geral, para que não tenhamos os retrocessos que estão ali indicados.

Sobre o imaginário da população sobre o feminino, acho que a Dr^a Amini Haddad deu uma aula aqui, falou muito bem na sexta-feira, no Dia da Mulher e eu quero lembrar outro conceito – que ela também deve ter colocado em outro momento, mas não citou aqui - quando dissemos homem público, o que significa; e quando dissemos mulher pública, o que significa, como é olhar o feminino e o masculino, que é só trocar a questão do gênero para ver como é interpretado.

A questão do papel das cotas, nós tivemos uma fala, na sexta-feira, nesta Casa, uma voz de mulher dizendo que era contra as cotas da mulher na política, por exemplo. E aí houve

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

uma contestação, todas as outras se colocaram a favor das cotas. E cota não é porque mulher tem menos conhecimento, do que mulher pode menos ou mulher sabe menos.

Eu vejo aqui na representação, acompanhei aqui o mandato da Deputada Janaina Riva e fico muito feliz quando o Deputado Valdir Barranco, meu companheiro, eu era a sua chefe de gabinete, dizia: “Rosa, eu tenho que sair, porque a Janaina está chamando. A Janaina está chamando e eu vou lá rapidamente.” A bonita relação, o respeito...

O Deputado Wilson Santos, que está aqui, os outros Deputados, a convivência, e é uma mulher, mas não é que ela representa os outros 23, não, mas é uma mulher que mostra que a mulher não precisa da cota para exercer a sua função. Ela precisa da cota, porque na história do nosso País a mulher só votou no século passado! Ela só foi eleitora e só pode ser votada num século e os homens estavam desde a colonização.

Então, é como se eu, Rosa Neide, aos 55 anos de idade, Carlos Abicalil, fosse disputar a corrida de 100 metros com um atleta de 18 anos e nos colocasse na linha de saída em posição igual. Quem chegaria primeiro? Cada um com a sua competência. Quem chega primeiro é o mais competente. Então, já sei do resultado, não precisa nem apitar. Eu nem vou assumir a condição de sair. É a condição da saída; é a nossa história, não é a nossa falta de competência.

Eu vi aqui a delegada falando para o Deputado Wilson Santos e aos demais Deputados que tem que ter recurso para construir a Delegacia de Atendimento à mulher. Então, até para Delegacia de Atendimento à Mulher a Delegada, que é uma profissional, tem que pedir, tem que implorar, tem colocar isso publicamente. Não é uma política garantida.

Quero dizer, também não é meu papel, até sou contra, mas Deputada tem emenda. A Deputada Rosa Neide, Deputados Wilson Santos e Valdir Barranco, Deputada Janaina Riva, também vai destinar emenda para construção da Delegacia da Mulher, para atender as mulheres (PALMAS). Só que me sentindo muito mal com isso, porque Cuiabá, Mato Grosso teria que ter esse atendimento como política pública, não como ficarmos aqui, Dr^a Lindinalva, companheira Rosana, que está aí todo dia nessa luta, para que tenhamos os nossos espaços garantidos.

Então, finalizando a questão da cota, todo mundo que perdeu direito ao longo da história tem que ter garantido que a história repare o erro. E com relação às mulheres a história tem que reparar o erro.

A Deputada Janaina Riva está aqui sozinha, porque é um erro da história. Eu estou lá em Brasília sozinha, porque é um erro da história. E aí eu não quero mulheres que são contra as próprias mulheres, temos que eleger mulheres que têm bandeiras em defesa das mulheres (PALMAS) e temos que votar em homens que defendem as bandeiras das mulheres.

Em todas as minhas falas os meus apontamentos feministas são para ficar ao lado dos companheiros que defendem mulheres, não é para a mulher sozinha fazer batalha. Nós não queremos uma guerra contra os homens, queremos os homens ao nosso lado. Tenho um grande parceiro em minha casa e duas filhas. Lá em casa são três mulheres e um homem e em igualdade de condições utilizamos os nossos espaços.

Então, é assim que eu quero viver e quero assim que todas vivam! Quero que as mulheres, partindo das minhas filhas, possam ir e vir ao nosso Estado com tranquilidade. Toda mãe sabe o que é ter sua filha à noite fora de casa, e você em casa pensando como chegará minha filha aqui.

O Estado de Mato Grosso não pode ser essa vergonha nacional. Nós só temos 3 milhões e 300 mil pessoas. Como é que não damos segurança as nossas filhas; as nossas irmãs; as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

nossas mães; as nossas mulheres; as nossas companheiras? E aqui foi dito: somos quase 52% da população e os outros são os nossos filhos. Vamos dar um jeito nisso!

Nós políticos, nós representantes do povo, temos que tomar a frente dessa questão.

E a questão, finalizando, educacional, se não discutirmos a questão de gênero em casa e na escola não mudaremos a situação que está aí. Se não voltarmos ao Plano Estadual de Educação, como você bem disse aqui, Cida, ao plano que aprovamos para que a escola não seja amordaçada, e lá na escola homens e mulheres entendessem o seu espaço na história social brasileira, não vamos avançar. O nosso plano foi mutilado nesta Casa pelo Governo anterior e não vimos reação, ainda, neste atual Governo.

Então, está na hora dos Deputados tomarem às mãos e dizer o capítulo da educação, novamente, vai ser revisado para que a escola não seja amordaçada.

Quero pedir a esta Casa, que eu considero companheiros, vinte e quatro Deputados, vinte e três e uma Deputada, nós temos a Lei nº 510, Lei de Estado, que garantiu a dobra do poder de compra dos profissionais da educação de Mato Grosso e todo dia, já fui cobrada algumas vezes, como vai fazer uma lei para dez anos se o Governo só tem quatro? Eu pensava que o Governo não era dono de cada quatro anos, que as propostas eram para a nação ou para o Estado, que a política é de Estado, que a política não é de Governador. Então, eu quero que a política de Estado, da Lei nº 510/2013, que garantiu a dobra do poder de compra dos profissionais da educação seja garantida no Estado de Mato Grosso e que esta Casa seja apoiadora.

Um forte abraço! Vamos à luta e vamos continuar juntos! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, Deputada.

Eu convido, para fazer o uso da fala, a Sr^a Karine Dogan, militante social do Fórum de População de Rua.

Quero convidar para fazer parte da mesa, sentar ao meu lado, a Sr^a Marisa Bazo, Presidente da BPW Brasil (PALMAS).

A SR^a KARINE DOGAN – Boa tarde!

Gostaria de cumprimentar os componentes da mesa; todos os presentes, em especial a Deputada Rosa Neide, exemplo de mulher a ser seguido, e também a Dr^a Rosana, que é a minha Deputada, a Defensora Pública que tenho como exemplo nessa caminhada como militante, como mulher.

Sabemos o que passamos a cada dia.

Estou aqui para falar do povo da rua, para falar da mulher da rua, essa mulher que não é vista, que não é lembrada, que nem consta no senso do IBGE, essa mulher que é mãe, que é filha, que é esposa e que pode ser uma de nós, uma mulher que menstrua, que precisa tomar banho todos os dias, uma mulher que precisa e, muitas vezes, se submete a prostituição, que está de forma totalmente vulnerável, jogada às traças de uma sociedade machista, que recusa o atendimento para essas mulheres.

A nossa população de mulheres em situação de rua está doente.

Eu quero denunciar, quero falar que as nossas mulheres estão doentes, estão com sífilis, com tuberculose.

O HIV está de forma alarmante e, infelizmente, não temos acesso a saúde. As nossas mulheres de população de ruas estão parindo na rua, porque a elas é negado o hospital, o atendimento e o pré-natal.

As nossas mulheres não têm oportunidades, muito menos direito de usar o anticoncepcional que é dado no posto de saúde. Por quê? Por que são mulheres, mulheres de rua?!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

O que falta para ser feito, para ser garantido a essas mulheres o acesso à saúde que preceitua a nossa Constituição?

Eu quero pedir aqui, quero suplicar, como representante dessas mulheres que me encontro aqui a reabertura do Centro POP de Rua.

Esse Centro POP precisa funcionar como um dia ele funcionou. Não é pouco caso, não é só um Centro POP, não é só uma casa para vagabundo dormir. Será um espaço em que essas mulheres poderão receber medicamento, poderão receber auxílio e poderão estar presentes, conversando e atuando juntas, unindo forças. Ali essas mulheres poderão tomar um banho.

Deve ser muito difícil, eu penso todos os dias quando converso com elas, como deve ser no período menstrual não ter condições de tomar um banho, gente, um banho!

Nossas mulheres estão nessa situação e ninguém vê ou ninguém quer ver, não é mesmo? Ninguém quer ver o que está na nossa cara.

Eu quero agradecer e quero pedir, como todos pediram as emendas, que o nosso centro POPs - Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua seja reaberto e, se tiver condições de atendimento para essas mulheres, isso seja feito com mais uma dessas emendas destinada desta Casa, deste Parlamento.

Eu gostaria de informar também, para fechar com chave de ouro, porque meu tempo já acabou, quero dizer que não existe nenhum Albergue em nossa Capital, em nosso Estado de Mato Grosso, que dê atendimento e acolhida às mulheres. Não temos um albergue. Nossas mulheres não tem oportunidade, não tem acesso a um albergue. Essas mulheres são obrigadas a dormirem na rua porque o Estado não está cumprindo com a sua obrigação.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Sr^a Karine.

Quero convidar para fazer uso da palavra, Sr^a Carla Patrícia Souza, Diretora da Associação Brasileira de Advogados Trabalhista.

Depois da Sr^a Carla, ouviremos da mesa a Sr^a Rosana Barros Leite.

A SR^a CARLA PATRÍCIA SOUZA – Boa tarde a todos!

Iniciarei o tempo, porque quero respeitar o tempo da Casa, em homenagem às mulheres eloquentes que falaram antes de mim e que ainda falarão.

Eu quero falar sobre assédio moral e sexual nas relações de trabalho.

Eu vejo neste ambiente mulheres, e quero citar um grupo de mulheres ao fundo todas uniformizadas, elegantemente vestidas em tons nude certamente dando suporte para que tudo aqui aconteça, quero falar de empregadas da iniciativa privada, quero falar de servidoras públicas, quero falar de mulher terceirizadas e quero falar que todas essas mulheres sofrem de forma rotineira, de forma arbitrária, injusta, assédio moral e assédio sexual nas relações de trabalho e de emprego a que são submetidas.

Essas mulheres muitas vezes não encontram das suas próprias colegas mulheres a solidariedade necessária.

Mulheres trabalhadoras, empregadas, servidoras, que sofrem assédio moral e assédio sexual no seu ambiente de trabalho, que deveria ser sadio, porque o direito ao trabalho é um direito constitucionalmente garantido a homens e mulheres de forma igual, porque o direito a um ambiente de trabalho sadio e saudável também é um direito constitucional, mas o que nós assistimos no cotidiano das relações de emprego e de trabalho é que a mulher é vítima preferencial do assédio moral e do assédio sexual e as mulheres negras e terceirizadas são as que mais sofrem, são as que são mais abusadas nas relações e grande parte delas fica sofrendo silenciosamente, adoecem e se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

afastam, seja por auxílio-doença, ou pedem demissão, porque muitas vezes o objetivo daquele que assedia é forçar o pedido de demissão e nós assistimos um ambiente de trabalho que faz adoecer milhões de mulheres no Brasil.

Então nós estamos aqui hoje, estou aqui hoje em nome da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, para que todas as mulheres digam NÃO ao assédio moral, digam NÃO ao assédio sexual, e dizer NÃO é não ter medo.

Denuncie. Procure apoio, procure auxílio jurídico, procure os sindicatos, procure advogados, advogadas.

Não fiquem caladas!

Vocês, nós precisamos denunciar. Procurem provas.

O exemplo que a Dr^a Amini citou no início da fala dela foi um exemplo típico de assédio sexual sofrido por uma mulher no ambiente de trabalho, e que, infelizmente, a Justiça ainda olha com olhos limitados e, do ponto de vista de provas, transfere para a vítima o dever de provar que foi ou que está sendo assediada.

E muitas mulheres que chegam a nós em nossos escritórios de advogados e advogadas do Brasil relatam, choram e muitas vezes não propõem ação ou se propõem muitas vezes perdem, porque não conseguem provar.

Então, que Audiências Públicas como esta gerem frutos. Não podemos ficar ecoando falas importantes, necessárias e que devem, sim, ser mantidas, sem gerar frutos. Façamos, então, trabalhos preventivos, façamos trabalhos preventivos junta a instituições, aos órgãos públicos, porque o assediador muitas vezes repete um padrão de conduta que ele considera normal, porque assim ele também foi submetido nas relações em que ele participou como inferior, subordinadamente a alguém que manda, que detém o poder.

Que esta Audiência Pública gere frutos, que esta Audiência Pública alargue a rede de proteção às mulheres que trabalham, seja na iniciativa privada, seja a mulher servidora pública.

A ABRAT, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, a qual eu tenho a honra de fazer parte, está de mãos dadas com todas as mulheres, com o feminismo, com o pluralismo e com a democracia.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e agradecer as duas mulheres que nós temos como Deputada Estadual e como Deputada Federal, a Deputada Janaina Riva e a Deputada Rosa Neide (PALMAS), que representam as mulheres e que certamente também já foram vítimas de assédio moral em algum momento das suas vidas profissionais.

Muito obrigada! (PALMAS)

(A SR^a JANAINA RIVA REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 17H17MIN.)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Obrigada, Dr^a Carla, pelas palavras.

Convido a Dr^a Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública e Coordenadora de Promoção do Conselho Nacional de Promoção em Defesa da Mulher.

A SR^a ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS – Boa tarde a todos e todas!

Cumprimento a mesa em nome da Deputada Janaina Riva, em nome do Deputado Valdir Barranco, que são propositores desta tão importante Audiência Pública.

E dizer a Vossa Excelência, Deputada Janaina Riva, que sinto muito orgulho cada vez que a vejo defendendo os direitos dos mais vulneráveis aqui dentro da Assembleia Legislativa, Vossa Excelência tem representado muito bem o gênero feminino, um orgulho para nós mulheres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Agradecer o Deputado Valdir Barranco pela sensibilidade e agradecer pela lembrança do Núcleo de Defesa da Mulher no início de sua fala, e esse Núcleo vem prestando um brilhante trabalho para a sociedade, então, eu agradeço muito.

Cumprimento os demais presentes, em nome da minha querida amiga Glória Maria Munhoz, que é assessora da Deputada Rosa Neide. Onde encontrar a Glorita? Onde a camada mais vulnerável se encontra (PALMAS), desde que eu conheço a Glorita, ela é um exemplo de ser humano, eu a cumprimento, minha irmã, de todo coração.

Cumprimento também o Conselho Estadual do Direito da Mulher em nome de minha amiga Adriana Catelli, que eu aqui represento também o Conselho Estadual de Direito da Mulher.

Primordialmente, dizer o seguinte: lembrar que – Adriana Catelli representa o MTmamma dentro do Conselho da Mulher – eu fui conhecer outra camada de vulneráveis com as palavras da Adriana Catelli, que são as mulheres vítimas de violência, principalmente violência doméstica e que são mastectomizadas em razão do câncer de mama.

Dizer, que o Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública foi muito bem aceito pela sociedade. E nós atendemos não só vítimas de violência doméstica e familiar, mas toda e qualquer mulher vítima de preconceito, de discriminação nas ruas e dentro de casa também. Então, ele tem uma atuação ampla, se chama NUDEM-Núcleo de Defesa da Mulher, nós estamos em todos os Estados do Brasil, com a mesma denominação, justamente para focar o atendimento das mulheres vítimas de qualquer forma de violência.

Nós tivemos, ano passado, o advento da Lei nº 13.718, e que trouxe uma importante alteração legislativa para as mulheres, cumprir uma lacuna que a nossa legislação brasileira... Que não tinha na legislação penal, que foi trazer a importunação sexual. Esse delito as mulheres sofrem diariamente, são fatos que acontecem diariamente com as mulheres. E não era visto, não era sentido, porque nós sabemos, não é, Dr^a Margareth.

A Dr^a Margareth também representa a BPW no Conselho da Mulher.

Nós sabemos que muitas mulheres sofrem as “enochadas” em lugares públicos, sofrem as apalpadinhas dentro dos coletivos de ônibus, e como fazer com esses homens, Tenente Coronel Grazielle, como fazer? Como punir esses homens se não tínhamos uma legislação?

No Brasil, nós vivemos o princípio da reserva legal, não há crime sem lei anterior que o defina, então, muitas vezes, o que aconteceu no metrô de São Paulo não era visto. Aquele homem ejaculou em tantas mulheres e só assim, com o sofrimento de tantas mulheres, nós fomos sentir que precisávamos de uma lei que estivesse entre o estupro, que é um delito muito mais grave, e entre a lei das contravenções penais, lei da importunação sexual, e essa lei entrou em vigor.

Tivemos o primeiro carnaval com a lei da importunação sexual. Junto com a lei da importunação sexual, tivemos outra alteração legislativa muito necessária para a sociedade, a capitulação do crime do estupro corretivo. O que é esse estupro corretivo? O estupro corretivo acontece muito com as mulheres lésbicas, com essa camada tão invisível da sociedade.

Muitas mulheres lésbicas são estupradas por machos, entre aspas, que dizem o seguinte: “Você é lésbica porque não conhece homem, você não conhece homem com h, então você tem que ser estuprada para conhecer, para saber o que é bom.”

E nós tivemos a capitulação desde o dia 24 de setembro do ano passado com o aumento de um terço a dois terços caso o estupro configurar em estupro corretivo.

Tivemos no início do ano, foi divulgado na mídia, e eu vou, mais uma vez, rememorar uma situação que aconteceu no Shopping Estação, de uma moça, quando eu li aquela

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

notícia me doeu muito, de uma moça lésbica que é atendente em um restaurante, e um senhor, um empresário bem sucedido aqui de Mato Grosso tentou tirar as suas vestes, gritando: “Vou te ensinar a virar mulher!”. Essa moça foi tão ferida, tão machucada, e foi amplamente divulgada essa situação que aconteceu.

E com essa situação, com a sensibilidade do Deputado Valdir Barranco e da Deputada Janaina Riva - e como a mulher é a que sempre luta pelo gênero -, eu peço, eu tenho um pedido especial para os dois: precisamos de um conselho LGBTQI+ em Mato Grosso, um conselho estadual. (PALMAS)

Essa é uma camada muito sofridora, Deputada Federal Professora Rosa Neide, precisamos lutar por eles. Precisamos, sim, eles precisam ser enxergados. No ano passado, tivemos a divulgação do primeiro lesbocídio no Brasil, dossiê do lesbocídio no Brasil, 58 mulheres lésbicas foram assassinadas, ocorreram os feminicídios e foram estupradas, Deja. Por que elas foram estupradas? Por tudo isso que nós vivenciamos na sociedade. Então, precisamos, sim, olhar por essas mulheres.

Houve a divulgação, no dia 26, de uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a pedido do *Datafolha*. E nessa pesquisa foram ouvidas mulheres, e elas relataram as violências que sofrem e quem são os seus agressores. Tivemos uma surpresa!

Em primeiro lugar, os agressores são aqueles de casa, os mais conhecidos, Dr^a Jaqueline, os de casa! Em segundo lugar, os vizinhos foram apontados como os que mais agredem mulheres, com palavras, integridade física e tudo o mais.

Esse estudo apontou que, por hora, Luciana, 536 mulheres são agredidas no Brasil, nove a cada minuto, isso é muito grave! Então, precisamos, sim, de mais espaços como este.

Nieta, precisamos discutir também a dupla discriminação da mulher negra. Inicialmente, lutamos pelo feminismo, agora o feminismo tem braços, tem setores, minha Fátima querida, e é nesses setores que temos que atuar agora, nesses segmentos diferentes do feminismo, seja com feminismo brando, ou com feminismo radical, precisamos dos dois, não vamos discriminar ninguém que queira estar do nosso lado.

Quero lembrar mais uma vez para a sociedade, o feminismo só quer a igualdade, nada mais. O contrário do machismo é o femismo, não é o feminismo. Precisamos lutar a cada dia para firmar os nossos direitos. Isso é muito engraçado, cada mulher que está no poder, todos os dias, tem que mostrar a sua competência, é incrível que para os homens isso foi deixado há muito tempo para trás.

Em 2015, tivemos uma pesquisa da ONU que falou o seguinte: se nós tivermos a política de cotas para as mulheres dentro da política, em 2039, Sr^a Glorita, Sr^a Cleuza, quem sabe, encontraremos a igualdade! Quem sabe... quem sabe...

Então, há muito que lutar. É por isso que eu afirmo, somos todas Marielle, a cada dia. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Quero convidar o Sr. Manoel Brito, Presidente da Associação dos Trabalhadores e Agricultores de Mato Grosso.

O SR. MANOEL BRITO - Boa tarde a todos!

Em nome da minha companheira, minha amiga, ex-Vereadora Enelinda Scala, eu quero cumprimentar essas mães de família, baluartes, em seu nome, Sr^a Enelinda, porque você sempre fez ao lado dessas mulheres.

Eu só quero deixar bem claro a Vossas Excelências, Deputados Estaduais e Federais, que nós temos que mudar! Porque eu acho difícil! Será que esses homens que espancam as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

nossas companheiras, as nossas mães, as nossas esposas, as nossas filhas, eles não vieram de uma mulher? Eles não vieram de uma mulher? Será que eles nasceram de um animal? Esses homens têm que ser punidos. E essa Lei Maria da Penha, Deputado, foi muito mal feita, ela tem que ser feita com mais rigor contra os homens que não respeitam as nossas companheiras. Nós temos que fazer lei que puna os nossos companheiros que espancam as nossas mulheres, as nossas mães e as nossas filhas. Como? Porque quando eles espancam as mulheres, eles saem do flagrante, voltam, são presos no momento. Por isso, Deputado, nós queremos fazer uma lei mais rigorosa que complemente a Lei Maria da Penha. E como complementá-la? O crime de assassinato que matam nossas mulheres será preso onde ele estiver, ser preso em flagrante, em 24 horas, 48 horas, que seja preso não só por espancamento, mas por assassinato, porque estão matando nossas mães de família. Eu sou homem, sou pai, sou esposo, sou companheiro, eu não admito que os homens queiram espancar nossas companheiras.

Eu não considero esses homens como filho de uma mulher, de uma mãe, de uma esposa. Será que “esses caras”, esses companheiros, não têm irmã? Será que eles não têm mãe? Será que eles não têm vó? Será que eles não têm tia? Será que um dia eles não serão pais, para que eles possam espancar as nossas filhas?

Eu tenho lá, hoje, Deputada Janaina Riva, uma filha, que eu amo com todo amor e carinho. A melhor filha do mundo que Deus me deu. A única filha, aquilo é o meu xodó. Então, eu peço, se um dia ela vir a crescer, casar, que Deus prepare um marido para ela, porque eu não vou aceitar um homem que nunca deu um grão de arroz para a minha filha socar a mão no rosto dela, ou bater nela, ou deformá-la, de jeito nenhum. Não vou aceitar! Homem nenhum triscar a mão na minha filha (PALMAS), homem nenhum! Seja filho de qualquer mulher, ele tem uma mãe, mas bater na minha filha, não! Eu nunca bati, porque eu vou aceitar macho bater?

Então, meu Deputado Valdir Barranco, Vossa Excelência é meu amigo, meu companheiro, mais a Deputada Janaina Riva, vamos fazer uma Lei Complementar à Maria da Penha, para que todo homem que assassinar a mulher, esteja onde estiver, vamos pegar e prender, porque ele sai do flagrante e se apresenta com advogado, em 48 horas, e sai em liberdade, tranqüilo.

Mas, se nós fizermos essa Lei Complementar, ao pegarem, onde pegarem, que ele seja preso em flagrante, por isso eu peço a Vossa Excelência Deputado Valdir Barranco e à Deputada Rosa Neide, que é a nossa Deputada Federal, fazerem lei rigorosa contra os homens que espancam as nossas mães de família, as nossas mulheres e as nossas filhas.

Muito obrigado! (PALMAS)

A SR^a. PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Obrigado, Sr. Manoel.

Quero convidar agora a Dr^a. Jaqueline Cherulli, Juíza de Direito e mentora do Projeto de Lei da Guarda Compartilhada, conhecida nacionalmente, Dr^a. Jaqueline nos honra aqui com a sua presença hoje.

A SR^a. EUNICE JAQUELINE DA COSTA SILVA CHERULLI - Boa tarde!

É uma satisfação enorme poder estar aqui neste espaço, fazer uso da palavra; agradeço ao dispositivo tão especial presente nesta tarde.

Eu ouvi aqui relatos de invisibilidades nos mais diversos segmentos locais, relações e relacionamentos. Nós falamos a tarde toda de invisibilidade.

Quando existe uma inviabilidade, nós percebemos que há uma exclusão e surge então um ciclo e um círculo vicioso de violência e, onde há violência não há paz. E quando dissermos quando há violência não há paz, nós não precisamos chegar a um grau de violência extremo, mas qualquer tipo de violência que a mulher sofra, que a família sofra, já gera conflito e tira a paz

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

daquele núcleo parental, núcleo familiar, durante anos eu não tive paz, porque me violentava ter pessoas - eu tenho vinte e um anos de magistratura – diante de mim com relatos, com busca de solução e eu vivenciar que o que eu fazia ali colocaria fim em uma ação judicial, colocaria fim em um pedido ajuizado, mas não colocaria fim no ciclo de falta de paz e solução que aquele que estava ali diante de mim buscava.

Eu tinha plena consciência disso e isso me inquietou profundamente durante anos. O que entregar para essa pessoa que está aqui na minha frente? Que algo maior age, uma força maior do que o desejo de ter uma sentença judicial move essa pessoa. O que ela veio buscar aqui? E assim, estudando, me colocando muito no lugar dessas pessoas eu consegui entender que o que nós não temos na nossa origem, nós não proporcionamos a ninguém. E isso é um fator que nós levamos para a vida inteira, indistintamente nos ambientes que nós atuamos, protagonizamos. E assim é na vida, é na família!

O Sr. Manoel acabou de falar, porque um homem vem e espanca uma mulher? Alguém usou aqui o espaço e disse “porque que essa pessoa dentro de casa onde deveria ter um relacionamento de amor, de unidade, união, harmonia é o primeiro a praticar um ato de desamor”. É onde nós podemos ser nós mesmos e onde as piores violências acontecem, dentro de Casa.

E olhando dessa forma, eu não venho fazer mais nenhum relato de indignação não Deputada e Deputado. Eu venho colocar-me a serviço de tudo isso que nós ouvimos hoje, eu integro o núcleo de direito econômico do poder judiciário e integro o núcleo gestor de justiça restaurativa, onde eu consigo ter paz pessoal.

Sentenciar é muito fácil, não pensem os senhores que é difícil prolatar uma sentença e não pensem os senhores que quem praticou uma violência, mesmo que não seja doméstica, não esteja esperando a caneta, o agir da lei para que ele também vai dar sequência ao ato dele, não! Isso é esperado por quem prática, ele busca isso. Acontece que, cumprir pena não muda comportamento, cumprir pena não traz consciência, cumprir pena não muda o olhar da pessoa. Eu dizia no início sobre invisibilidades, e hoje o direito sistêmico ele olha para a pessoa, olha o que age por trás, nós sentenciamos sim, mas nós temos hoje o que proporcionar a população como uma forma de dizer: eu vejo você, e vejo o que atua através de você e o que é maior que sua ação.

Por que aquela mulher ela quer o companheiro, ela ama homem? Porque ela também vê algo além disso, não é porque ela é safada ou sem vergonha, não é porque, a Dr^a Amini, até usou aqui, e disse a distinção de dois termos, um masculino e um feminino, não é por isso que ela é uma vagabunda, porque ela também sente isso na alma dela, a justiça restaurativa ela busca esse olhar, a conscientização, a responsabilização e isso junto com a comunidade, não é nada entre muros, entre portas, mas sim, junto com a sociedade, junto com a comunidade, isso tudo chega a ser até um paradoxo, eu posso dizer aqui, sem julgamentos!

Quando nós atuamos no direito sistêmico, quando nós atuamos na justiça restaurativa nós agimos sem julgamentos, ninguém é rotulado...

Já estou encerrando.

Ninguém é rotulado, ninguém é julgado, todos são vistos, incluídos e considerados, cada um com a sua história, cada um nas sua origem, independe do que quer que seja essa origem e essa história.

Eu disponibilizo aqui, como Secretária Executiva também do FEPET, o aplicativo SOS infância, que hoje já é utilizado em outro estado, foi desenvolvido no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Eu diria isso: onde há índices alarmantes de violência e fatores negativos, há índices absurdos de vanguardismo também, isso são leis naturais que se equilibram, então, onde atuou muito a desgraça, graça abunda também.

Temos esse aplicativo desenvolvido no Estado e que é um desejo nosso que esse ambiente em que se mede a violência também se utilize, porque em tempo real nós temos condições de ter localização, de ter imagem e de ter descrição, mesmo que que seja anônima.

Está à disposição, eu disponibilizo aqui e disponibilizo esses dois núcleos que o judiciário trabalha.

Sou grata pela oportunidade e por estar aqui.

A fala da senhora, Deputada, foi uma alegria para mim. Não a guerra, vamos nos entender e complementar.

Obrigada! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (JANAINA RIVA) – Quero convidar Marisa Bazo, Presidente em exercício da BPW Brasil.

A SR^a MARISA BAZO – Boa tarde a todos e a todas, cumprimento a mesa em nome da Deputada Janaina Riva e a todas as pessoas aqui da plateia, em nome da Margareth Nunes, nossa Vice-Presidente da BPW Cuiabá e Conselheira, representando a BPW no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Esta Audiência Pública é de grande importância. É uma iniciativa excelente da Deputada Janaina Riva e do Deputado Valdir Barranco, pois, precisamos expressar, falar e discutir tantos problemas que ocorrem em busca de solução, tantas falas e tantas agonias que foram colocadas aqui.

A BPW trabalha muito em prol do empreendedorismo, em prol do empoderamento feminino. Isso é uma forma de trabalharmos juntos na NÃO violência, porque, de nada adianta a mulher ter tantos amparos, se não tiver um trabalho focado no empreendedorismo.

Como a Deputada Federal Rosa Neide disse aqui, as comemorações, os trabalhos não devem ocorrer só em março. A BPW Cuiabá, a BPW Brasil não trabalha somente no mês de março. Temos trabalho, temos calendário de janeiro a dezembro. O nosso trabalho começa em janeiro e termina em dezembro. Temos todos os meses muitos projetos, campanhas acontecendo em prol do fortalecimento, em prol do empoderamento feminino.

No mês de maio faremos a Campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”. Essa campanha começou na Europa e, hoje, é realizada no Brasil todo. Eu, enquanto coordenadora nacional desse projeto da BPW Brasil, tenho a honra de coordená-lo no Brasil todo, porque como foi falado aqui sobre as grandes desigualdades, a desigualdade salarial é uma delas.

Eu fiquei prestando atenção quando a senhora, Deputada Federal Rosa Neide, disse sobre a desigualdade da corrida. É a mesma coisa que acontece na desigualdade salarial: você colocar homem e mulher no mesmo local, com a mesma competência técnica, com a mesma competência profissional, mas chegar lá na frente ela receber, em média, 26% menos que o homem só pelo fato de ser mulher.

Nós não estamos pedindo políticas públicas, porque isso já amparado. A igualdade salarial já é amparada na CLT, já é amparada na Constituição, mas nós precisamos de conscientização, conscientização dos dirigentes, conscientização da classe empresarial, conscientização da iniciativa privada, conscientização dos próprios gestores das mulheres para que isso não ocorra, para que isso diminua, para que isso seja igual. E que seja a diferença, sim, em competência, em qualificação, mas não, simplesmente, pelo fato de ser mulher, como foram falados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

aqui inúmeros exemplos de discriminações somente pelo fato de ser mulher. Isso é uma coisa, ainda, nos dias de hoje, absurda!

A BPW tem um trabalho muito forte no empoderamento, no empreendedorismo. Hoje, por exemplo, estou aqui representando a BPW Brasil. Estou como Presidente interina, porque a nossa Presidente Eunice Cruz e uma delegação de mais 11 mulheres estão em Nova York, cada uma custeando sua viagem. O nosso trabalho é, totalmente, voluntário, porque acreditamos no empoderamento feminino; porque acreditamos no trabalho coletivo; porque acreditamos em fazer o bem à sociedade, porque não é só a mulher que ganha com isso. É toda a sociedade que ganha!

Então, hoje, em Nova York, houve a abertura da 63ª CSW. É importante eu colocar que a CSW é uma Comissão sobre o Status da Mulher. Ela é dedicada a assegurar a equidade de gênero e a promoção dos direitos das mulheres com o tema este ano: “Sistema de Proteção Social, Acesso aos Serviços Públicos e Infraestrutura Sustentável para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento de Mulheres e Meninas”. O principal papel da CSW é preparar recomendações e relatórios para o Conselho Econômico Social, o ECOSOC, para promoção dos direitos das mulheres no campo político, econômico, social e educacional, que uma jovem logo no início da plenária falou tão brilhantemente sobre a questão a educação. E, também, é nossa preocupação, nossa diretriz a questão da educação. É muito importante saber que temos representantes trabalhando isso.

E no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também, temos um assento que é representado pela nossa Presidente Eunice Cruz. É no Conselho que trabalhamos as diretrizes das políticas públicas em nível nacional. Inclusive, a BPW Brasil já foi responsável, quando da gestão da Suely Batista, que é a nossa fundadora da BPW de Cuiabá, do Estado de Mato Grosso, por escrever a Cartilha do Empreendedorismo Feminino para esse trabalho, para o Governo Federal. Isso tudo no nosso trabalho voluntário, colocando o nosso acreditar mesmo em uma sociedade igualitária, e uma sociedade melhor.

Nós fizemos, no último dia 8, uma belíssima cerimônia, que foi a Cerimônia das Velas, que homenageou mulheres que fazem a diferença em diversos segmentos na sociedade. E muitas que estão aqui de diversos segmentos, independentemente, da classe social, da classe econômica, foram homenageadas. Essas luzes têm um significado muito importante. Falemos muito aqui... Muitas falas me antecederam dizendo de muitas mulheres que não apoiam outras mulheres, de muitas mulheres que discriminam as próprias mulheres e as luzes têm esse significado de que juntas brilhamos, que, inclusive, é o *slogan* da nossa gestão deste ano na BPW Cuiabá:, que quando uma vela é acesa ilumina muito mais um ambiente junto com outro, com outra. E assim nós temos que ser, mulheres, chama de luz para iluminarmos os espaços que ocupamos.

Não só de homenagens ficamos neste mês da mulher. Amanhã, teremos um importante debate, a nossa segunda sala de debates para discutirmos sobre a violência doméstica, o empreendedorismo e o empoderamento feminino. Eu convido todos vocês, todos e todas, porque não é só para as mulheres. Eu faço este convite para que participem. Esse debate será no Auditório do CRC-Conselho Regional de Contabilidade, no Centro Político Administrativo, às 19h, gratuitamente, para que todos possam sair direto de seus trabalhos, dos seus compromissos. E lá teremos um lanchinho aguardando vocês para que possam, sim, participar desse importante debate.

Teremos lá as debatedoras, pessoas que estarão falando cada uma dentro da sua especialidade: Drª Cláudia Aquino, Coordenadora Jurídica da BPW Cuiabá, que está com a Srª Marilza Moreira, segunda Diretora Jurídica, e com a Srª Margarethe Nunes, nossa Vice-Presidente, coordenando essa sala de debates; a Drª Gláucia Amaral - que esteve aqui -, Presidente do Conselho

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Estadual dos Direitos da Mulher; Dr^a Rosana Leite – que, também, está nesta plenária -; Dr^a Lindinalva Rodrigues, que, também, já fez uso da palavra aqui; Dr^a Maria Erotildes, Desembargadora do Tribunal de Justiça; a Dr^a Jozirlethe Criveletto, Delegada da Delegacia da Polícia Judiciária, que também já esteve aqui. Então, são mulheres brilhantes que estarão lá discutindo a questão do empoderamento e da não violência contra a mulher.

Então, deixo a minha gratidão a todas que estão aqui, neste dia, discutindo o empoderamento, o empreendedorismo e uma sociedade mais justa e igualitária para todos e deixo o convite para que participem, amanhã, da nossa Segunda Sala de Debates realizada pela BPW Cuiabá.

Muito grata a todos! (PALMAS)

A SR^a. PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Quero convidar, agora, a Sr^a Enelinda Scala, ex-Vereadora por Cuiabá para fazer o uso da fala.

A SR^a ENELINDA SCALA - Boa tarde para todas e todos!

Quero agradecer ao nosso Deputado Valdir Barranco, a nossa Deputada Janaina Riva e ao Deputado Dr. João, que me buscou para compor a mesa para esta Audiência Pública, e em nome dos três e da Deputada Rosa Neide, que já chegou bastante arretada, com muita força, com aquela forma suave, aquela agregadora no Congresso Nacional que vai ajudar bastante Mato Grosso com a sua sabedoria natural de baiana e mato-grossense, cumprimento os demais componentes da mesa e os presentes.

(O SR. DEPUTADO VALDIR BARRANCO REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 17H55MIN)

A SR^a ENELINDA SCALA – Gostaria também de dizer a todos que me sinto tão contemplada com as falas todas de três audiências públicas sobre a mulher. Ela iniciou na sexta-feira, dia 08, lá na Câmara, que foi de uma riqueza muito grande.

Eu estou vislumbrada, senhoras e senhores telespectadores e minhas queridas e queridos companheiros de todos os movimentos sociais, com as nossas mulheres magistradas! Só algumas que ainda não compreenderam a significação das cotas. Precisamos ter cotas, porque a desigualdade no Brasil é muito grande.

Mas eu estou encantada com as nossas magistradas mulheres que mostraram também, até na sua função, a luta delas. Essa luta é por justiça, porque há um sentimento popular de que não temos justiça. Às vezes nem entramos na justiça, não reclamamos de nada, porque a coisa não vai, fica difícil.

A essas mulheres magistradas os meus cumprimentos, extensivo a todos que estão aqui e a todas que apresentaram, em todos os setores da vida das mulheres, os seus sofrimentos, suas dores e as suas discriminações.

Quero informar que nós temos que denunciar aqui. Este é um momento muito importante. Hoje tomamos conhecimento de uma agressão grande que o nosso Presidente da Republica fez para uma jornalista e o seu pai, isso já é notícia nacional...

Quero dizer que estamos vivendo um momento dramático nas relações sociais de direitos e de democracia em nosso País.

E voltando para tantas questões políticas que temos: o Plano Estadual de Educação; as políticas para as mulheres, que o conselho de mulheres, ligado à Secretaria de Justiça... Eu recebia reivindicação da nossa querida companheira da Universidade, Vera Bortolini, que conduziu com muita competência os Conselhos, estudiosa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Nós temos muitas políticas que estão aí para serem implementadas, mas não saem do papel. Quero destacar uma política que lutamos tanto na Secretaria de Educação, na gestão da Deputada Federal Rosa Neide, que é a responsável, a raiz de tanta violência que temos nas comunidades e na sociedade, que é a política da vida que construímos e deixamos prontinha, com a participação da universidade, de um coletivo de umas quarenta pessoas de todas as instituições que militam e trabalham nessa área para diminuirmos a violência nas escolas, na sociedade, porque a raiz fundamental esta nesta barbaridade das drogas.

Quero saudar aqui duas baluartes da cultura mato-grossense: a Vera e a Zuleiquinha, que lutam, de forma bárbara, de forma forte, na paz, para diminuir a violência quanto às diferenças e às diversidades.

Como sou da área da educação, da saúde, quero dizer a toda sociedade mato-grossense que vejo tantas políticas na área da saúde, que já foi colocado aqui, que as mulheres, o nosso povo, principalmente o nosso povo mais sofrido que precisa do SUS, que não tem nenhuma assistência de plano de saúde, sofrem para serem atendidas na hora do parto, nas suas necessidades.

Hoje chegou para mim uma mulher com uma criança de um mês, que passou por dois hospitais, não conseguiu, porque já tinha parido, inclusive, no hospital, não tinha como atender, não tinha remédio para atender aquele problema, aquela gravidade.

Então, minha gente, nós, do ponto de vista da saúde, estamos á barbárie. Posso falar, porque sou da área da saúde e tenho só na minha família uns quinze médicos e conheço de perto toda essa problemática.

Portanto, eu sonho, sonho a um tempo, que temos que ter um hospital materno infantil, fazer a saúde da mulher e da criança, porque essa mulher que hoje teve dificuldade de ser atendida, foi para UPA. Essa questão faz com que percamos vida.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Dona Enelinda...

A SR^a ENELINDA SCALA - Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Só um minutinho...

A SR^a ENELINDA SCALA – Eu vou encerrar, meus amores, porque sonho que o Hospital Universitário Júlio Müller, que está lá com aquelas paredes todas paradas, se concretize. Por quê? Além de querer que o Hospital Júlio Müller aconteça e aconteça de verdade, eu sonho que esse outro, que hoje é o Júlio Müller, pode ser o hospital da mulher, da criança. Aí nos já temos o prédio.

Então, olhem aí, uma bandeira maravilhosa para a Deputada Rosa Neide, para o Deputado Valdir Barranco, para a Deputada Janaina e para toda esta Casa terminar o Hospital Júlio Müller, ampliar os leitos - temos dificuldades de leitos no nosso Estado.

Também fazer com que esse hospital Júlio Müller, que vai, se Deus quiser, ser desativado, porque terá outro, vai terminar, porque tem dinheiro, possa ser o hospital materno-infantil para as nossas mães terem partos humanizados e as nossas crianças serem recebidas de uma forma bastante humanizada e carinhosa.

Muito obrigada para vocês.

Foi um prazer e uma honra participar dessas três audiências públicas da mulher aqui no nosso Estado.

Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Professora Enelinda, que sempre abrilhanta com sua energia, sua experiência e seu saber.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Laura Ferreira da Silva, Vice-Presidente da Federação Estadual de Quilombolas do Estado de Mato Grosso.

Cumprimento as nossas artistas queridas Vera e Zuleica. (PALMAS)

A SR^a LAURA FERREIRA DA SILVA – Boa tarde a todas!

Eu gostaria de pedir a benção aos mais velhos e as mais jovens!

O meu nome é Laura, sou mulher, negra, quilombola, trabalhadora rural, pedagoga, especialista em educação especial e atualmente bacharel em direito. (PALMAS)

Quero agradecer o convite recebido da Glória.

Quando ela me fez o convite, não hesitei. Por quê? Porque acho de grande necessidade debater aquilo que é nosso para nós, principalmente para mim, mulher que vem do campo, do interior, da zona rural, que carrego comigo uma bandeira de luta, lutar pela classe vulnerável, classe da qual faço parte.

Cumprimento a mesa, parabenizando o Deputado Valdir Barranco pela belíssima atuação e por proporcionar uma audiência pública deste tamanho.

Como eu estava ali dizendo para as meninas, que bom que Antonieta Luísa, mulher, negra, abriu a fala e eu, Laura, mulher, negra, quilombola, termino a fala. (PALMAS)

Então, é de grande relevância dizer que estamos vivenciando essas épocas remotas, épocas remotas essas em que as políticas públicas que vêm para nós, nós do Estado, principalmente às mulheres, mulheres quilombolas das quais faço parte, que a cada dia que passa estamos sentindo na pele os desmontes.

Não adianta as pessoas virem falar que isso não está acontecendo porque é mentira, porque quem vive lá no meio rural, como eu que dependo dessas políticas públicas na saúde, na educação, em todos os aspectos temos sentido isso. Por quê? Porque temos tido um governo fascista, sexista, homofóbico, machista e todas as nomenclaturas que podemos dar a ele nós temos.

Como se não bastasse, no Estado também estamos sentindo na pele. Não adianta dizermos que isso não acontece, porque está acontecendo, sim.

Políticas públicas nossas que estão sendo desmontadas a cada dia. São profissionais nossos da educação quilombola que para poder ser diretor, secretário, coordenador temos que dar a cara a tapa, vir brigar com Secretário, com o Governo, nos fazer ser vistos. Vistos por quê? Sendo que quem tem uma dívida imensa com o nosso povo é esse Brasil.

Nós não temos dívida!

Quando temos uma reunião com o Secretário da Casa Civil, dá a entender que a dívida que o Estado tem a culpa em nós.

Nós não somos culpados. Não temos quilombola secretário, não temos quilombola em gerência nenhuma, não temos quilombola Deputado Estadual, não temos quilombolas nas instâncias das esferas, tanto federal, quanto estadual.

Então, não venham atribuir a culpa da calamidade pelo Estado estar dessa forma à questão do povo quilombola, a questão dos povos negros e negras dentro do Estado. Não!

E quando colocamos, até o Deputado Wilson Santos colocou, que bom que as mulheres tomaram uma dimensão muito grande, muitas são defensoras, juízas. Elas não precisam mais... Na verdade, digo como mulher negra, quilombola, precisamos muito. Por quê? Porque o recurso não chega lá na ponta para nós. Se chega, chega só no meio, não ramifica realmente para quem precisa e necessita.

Então, ele foi um pouco infeliz na fala, porque precisamos muito, cada vez mais, de recursos para poder contribuir e ajudar na nossa luta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Estamos aqui em uma Casa de Leis que trata das leis para nós, mas nós precisamos que essas leis não fiquem somente aqui dentro, mas que elas vão onde as pessoas precisam e necessitam, que haja meio de divulgação, meio de fazer com que a sociedade de modo geral a conheça, porque um pouquinho que elas conhecerem elas vão saber reivindicar.

Precisamos também de pessoas que saibam nos ouvir, que não sejam de omissos, que não nos tratam como indigentes, como ninguém, como se nós não fôssemos donos da razão, como se nós não tivéssemos conhecimento nenhum.

O nosso povo, os nossos ancestrais podiam ser leigos, mas tinha conhecimento cultural, conhecimento esse que muitas vezes falta aqui dentro desta Casa de Leis. Então, nós precisamos que as pessoas nos olhem com razão. Somos de bem, somos cidadãos de bem, contribuímos com o impostos e queremos o melhor para o nosso povo.

Enquanto tiver luta, vou lutar, porque a nossa luta é todos os dias.

Chega o mês de março, as pessoas chegam e dão parabéns, cumprimentam, dão rosas.

Poxa! Mês de março é mês de reflexão, é mês de respeito, conscientização com o nosso povo, com a nossa causa, com a nossa luta.

Não queremos rosas. Queremos respeito. Queremos que realmente, de fato os recursos venham para o Estado, que sejam ramificados para todas essas mulheres.

Quando falamos de criar Delegacias das Mulheres, fico imaginando todas as outras falas que me antecederam, a minha grande preocupação e indagação é muito mais ampla. Como vou criar uma delegacia? Exemplo, Nossa Senhora do Livramento, tínhamos delegacia civil e acabou. Quer dizer, acontece violência com nossas mulheres quilombolas, nossas jovens, que sabemos que acontecem todos os dias, a toda hora, muitas ali têm até medida protetiva, mas como vamos sair do meio rural e vir para Várzea Grande fazer uma denúncia, se às vezes o companheiro tá lá na estrada te esperando?

São coisas que não têm lógica, são contraditórias.

Dizemos que estamos dando tiro na ponta do pé.

Queremos melhorias? Queremos. Mas desde que também atenda a ponta, atenda os municípios lá na base, lá na ponta, porque muitos municípios não têm.

Nossa Senhora do Livramento é próximo da Capital, mas e municípios que estão distantes, como Vila Rica, que está muito mais distante da Capital, será que uma pessoa vai ter o mesmo dinamismo para poder chegar até aqui?

Então, essas são indagações que estamos trazendo para esta Casa, eu enquanto mulher, negra, quilombola, para que possam, quando fizerem essas leis, olhar para que elas cheguem lá na ponta, elas cheguem lá na base, porque nós temos muitas mulheres quilombolas, jovens, mulheres negras que realmente precisam e necessitam desse amparo, principalmente na educação, porque a educação é o berço de tudo. Sem a educação não somos nada, mas também um povo sem cultura é um povo sem história. Então, nós precisamos que nos atendam nesse sentido. (PALMAS)

Outra coisa, quando as mulheres vão procurar as delegacias, eu já estou finalizando, eles dizem que as nossas coisas são infundadas. Como são infundadas? Quer dizer, se procuramos uma delegacia para levar uma denúncia, principalmente relacionada ao nosso território, as nossas ações são infundadas! Infundadas para quem? Quando recebemos bala lá, que vemos lá os cascos das balas, mostramos, mas não tem fundamento. É por isso que eu decidi estudar Direito para poder defender a minha classe. Classe essa que eu faço parte. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Para finalizar, eu vou finalizar com uma frase da Dona Dijé, que foi quilombola, quebradeira de coco, lutou pela política nacional do extrativismo. Tem uma frase que ela dizia: “Eu existo porque antes de mim alguém existiu. Então, se eu sou quilombola, antes de mim todos os meus ancestrais antecederam a mim.”. Eu faço esse recorte a todas essas mulheres que foram tombadas, lutando pelos seus territórios.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Muito obrigado, Laura.

A Laura era a última inscrita, mas nós tivemos mais uma inscrição, que é da Adriana Catelli, da MTmamma, então convido a Adriana para fazer uso da palavra.

Hoje, aqui, as mulheres têm o direito de falar, sempre, e hoje muito mais.

Já quero ir agradecendo aqui as meninas da nossa Assembleia Legislativa que trabalham nas assessorias, na Taquigrafia, no Cerimonial, uma homenagem para elas, uma sessão também para discutir os direitos delas, elas estão aqui, daqui a pouquinho elas irão ainda para uma Sessão Especial que terá aqui à noite.

Quero agradecer os servidores da Casa, os meus assessores, os assessores da Deputada Janaina Riva, da Deputada Federal Rosa Neide, que se debruçaram para organizar esta Audiência Pública.

Depois da fala da Adriana Catelli, continuarei com os agradecimentos e farei o encerramento.

Com a palavra, a Sr^a Adriana Catelli.

A SR^a ADRIANA CATELLI – Muito obrigada, Deputado!

Boa noite a todas e todos!

Cumprimento a mesa na pessoa da Deputada Rosa Neide, que é uma representante eleita para a Câmara Federal, uma grande esperança para nós mulheres, representação de defesa dos direitos das mulheres no momento muito especial em que percebemos que esses direitos estão sendo atacados, ameaçados.

Cumprimento a plateia na pessoa da minha querida amiga, Presidente da MTmamma Amigos do Peito, Cleuza Dias, que é a entidade a qual represento no Conselho Estadual do Direito da Mulher de Mato Grosso, a MTmamma Amigos do Peito, eu tenho a Vice-Presidência.

E estou aqui para falar a respeito de uma situação, que é uma vergonha também para a nossa sociedade: que são as mulheres que têm câncer de mama e ainda morrem por causa do câncer de mama e por não ter acesso ao diagnóstico, ao tratamento, ou porque esse acesso é muito difícil, muito demorado. E, para quem tem câncer, o tempo faz toda diferença, quem tem câncer não pode esperar.

Então, nós mulheres que passamos pela difícil experiência de ter que fazer a retirada das mamas, a mastectomia, a difícil experiência da doença, e passam todos os dias a dificuldade para conseguir o acesso ao diagnóstico, o acesso à consulta, à biopsia, aos procedimentos cirúrgicos. Muitas das vezes, esperando meses, às vezes até mais de ano, para ter acesso ao tratamento, quer dizer, quando aquilo poderia ser curável, porque hoje o câncer de mama, quando descoberto em estágio inicial, tem 95% de probabilidade de cura. Essa espera, essa dificuldade, certamente agrava a doença e diminui as probabilidades de cura.

Então, eu faço um apelo ao Deputado Valdir Barranco, a Deputada Janaina Riva, a Deputada Rosa Neide, que olhem pelos direitos dos pacientes oncológicos.

No último sábado, a MTmamma Amigos do Peito realizou a sua VI Marcha Rosa em defesa dos direitos dos pacientes com câncer, e essa marcha levou uma série de reivindicações.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Nós fizemos, após a Marcha, uma roda de conversa com a presença de entidades representativas dos movimentos de direitos das mulheres, dos movimentos em defesa dos direitos humanos.

Então, eu gostaria de ler, Deputada Rosa Neide e Deputado Valdir Barranco, as reivindicações das mulheres com câncer de mama, e são reivindicações reunidas por uma entidade que já completou, no dia 03 de março, 10 anos, que tem título de utilidade pública municipal, título utilidade pública estadual e que tem sido, talvez, o único ponto de apoio que mulheres, ao descobrir o câncer de mama, têm encontrado para enfrentar essa situação.

Então, as nossas reivindicações são: agilizar o agendamento de consultas, de exames e procedimentos de acordo com a Lei nº 12.732/2012, conhecida com a lei dos 60 dias, existe uma lei que determina que, a partir do diagnóstico de câncer, o paciente tem que ser atendido em até 60 dias pelo SUS, infelizmente, nós não temos tido essa situação; fazer cumprir a Lei 12.802/2013, que garante às mulheres que retiraram as mamas o direito de ter as suas mamas reconstruídas no mesmo ato cirúrgico ou no momento que elas estiverem aptas pelo SUS; fazer cumprir a Lei nº 13.770/2018, que garante a cirurgia plástica reconstrutiva da mama em casos de mutilação pelo câncer; agilizar a aprovação do PL nº 4.409/2016, que estabelece que a cirurgia plástica reparadora abrangerá as duas mamas.

Depois, vamos entregar o documento para protocolar.

Orientar os médicos para a utilização dos códigos de urgência prioritária para os exames, pedidos de exames, tratamentos e cirurgias de câncer. O que é que percebemos? Que, muitas vezes, o entrave é na tramitação desses pedidos de exame e de consulta. Por quê? Porque não se identifica que aquilo é câncer, e câncer tem que ser prioridade. Então, isso precisa mudar, porque é como dissemos, quem tem câncer não pode esperar, a vida das pessoas está em jogo.

Capacitar os profissionais da Central de Regulação para oferecerem tratamento prioritário aos pacientes em tratamento de câncer.

Aumentar o número de médicos e pessoal capacitado nas redes públicas e conveniadas.

Promover o acesso ao tratamento, exames especializados e procedimentos cirúrgicos a todas as mulheres em tratamento de câncer. Ou seja, as mulheres pobres que fazem o tratamento pelo SUS têm que ter o direito a acesso aos remédios, acesso aos tratamentos, e a um tratamento de qualidade.

Garantir rapidez na liberação dos resultados de exames e procedimentos de pacientes em tratamento de câncer.

Promover o acesso das pacientes com câncer aos remédios de alto custo necessários ao tratamento. Não pode acontecer a situação de faltar remédio de alto custo para pacientes em tratamento de câncer. Por quê? Porque ela não pode deixar de tomar o remédio. É um remédio que ela precisa tomar para garantir a sua cura, para garantir a sua vida. Então, a Farmácia de Alto Custo, o fornecimento desses medicamentos, precisa funcionar.

Eu já irei encerrar.

Implementar na rede do SUS as terapias integrativas. Foi aprovada a lei que podem ser oferecidas terapias integrativas para pacientes em tratamentos de câncer, que são terapias que auxiliam no tratamento, acupuntura, reiki e outras.

Ampliar o número de instituições públicas e conveniadas no tratamento de câncer.

Por exemplo, Deputado, Deputada Federal Rosa Neide, para fazer radioterapia, temos só duas instituições, que são o Hospital de Câncer e a Santa Casa, e quando a máquina quebra,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

todos os pacientes se concentram num local só. Pacientes não só de Cuiabá, mas de outros municípios que vêm para Cuiabá.

Então, esse é um problema muito sério, porque o paciente já debilitado, a paciente já debilitada, fragilizada, vai fazer radioterapia no horário que tem, e o horário que tem é à noite, de madrugada. Há pacientes em estado muito frágil, debilitado, fazendo o tratamento de madrugada, por exemplo, entre outros problemas; ou então, tendo que suspender o tratamento, o que também é um risco, uma ameaça à cura.

Ampliar o número de mamógrafos no Estado. Existe uma pesquisa que mostra que Mato Grosso está dentro do que preconiza a Organização Mundial de Saúde, mas está faltando mamógrafo, nós temos, mas a quantidade não é suficiente.

Ampliar o número de máquinas de radioterapia e garantir a qualidade de funcionamento, porque temos conversado com a Secretaria de Saúde, que às vezes faz o convênio com quem fornecerá a máquina, mas aquele convênio não é um convênio de qualidade, e quando a máquina quebra, é um problema para mandar arrumar a máquina. Então, não só estabelecer a máquina, mas fazer a gestão eficaz do uso dessa máquina.

Instituir políticas públicas obrigatórias para garantir tratamento humanizado para pacientes oncológicos. A humanização do atendimento é o que precisamos.

Garantir transparência na Central da Regulação de modo que o paciente possa acompanhar os pedidos com o *status* atualizado e previsão de atendimento do pedido. Nós precisamos entender o que acontece na regulação...

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Sr^a Adriana, está concluindo?

A SR^a ADRIANA CARTELLI - Já.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - É porque as meninas ainda tem Sessão Especial, às 19h.

A SR^a ADRIANA CARTELLI - Então, é acompanhar a questão da Central de Regulação para que ela funcione de forma transparente e para que os casos que com prioridade, como são os pacientes em tratamento de câncer, sejam tratados como prioridade.

Em síntese, são essas as nossas reivindicações. Nós vamos entregar um documento para ser protocolado. Mais uma vez eu faço esse apelo, porque as mulheres estão morrendo.

Só para este ano, a previsão do INCA - Instituto Nacional de Câncer é de mais de 600 casos novos em Mato Grosso, quando descobre, muitas vezes já se descobre em estágio avançado, o que é problemático, essa dificuldade no tratamento... Então, nós precisamos reverter o quadro, mudar isso significa salvar vidas.

Eu agradeço e espero que nós tenhamos outras oportunidades para continuar falando sobre o assunto.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) - Obrigado, Adriana.

Quero agradecer mais uma vez a todos e todas; agradecer à *TV* e à *Rádio Assembleia*, agradecer às mulheres que fizeram a composição desta mesa. Nós tivemos uma mesa diversa daquela que estamos acostumados, as mesas geralmente repletas de homens e uma mulher ou duas mulheres; e hoje as mulheres fizeram, em sua maioria absoluta, a composição. Quero agradecer à equipe nossa, mais uma vez, e dentre as diversas mulheres que nós tivemos aqui, falando hoje, nós acompanhamos a situação das mulheres trabalhadoras rurais, das mulheres sem-teto, das mulheres sem-terra, das mulheres quilombolas, das mulheres professoras, das mães, das mulheres de negócio, das juristas e das deputadas, as mulheres na política.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

Eu quero encerrar, já que a Ana Cláudia da Pastoral Carcerária falou aqui, fazendo um compromisso com as mulheres encarceradas em nosso Estado. (PALMAS)

O nosso País que ocupava o quarto lugar do *ranking* mundial de encarceramento já é o terceiro. O Brasil tem 368 mil vagas nas penitenciárias e há 726 mil encarcerados.

Mato Grosso ocupa a oitava posição no *ranking* nacional com o maior número de encarcerados, de presos sem julgamento sequer em primeira instância, então, presos provisórios. Em Mato Grosso, nós temos 6.369 vagas e 10.632 detentos. Desses, 52%, ou seja, 5.528 presos são provisórios, não tiveram a oportunidade de ter o primeiro direito à defesa sequer, para provar a sua inocência ou para que possam ser condenados. E assim também é com as mulheres. Quantas mulheres nós temos no Mato Grosso, presas, sem terem tido o direito a fazerem sua defesa, estão provisoriamente presas. E uma mulher presa, conforme cientificamente comprovado, tem 20 vezes mais chances de se suicidar do que o homem preso.

Diante disso, eu apresentarei esta semana, um requerimento ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso... dois requerimentos: um para obter informação de quantas mulheres estão encarceradas no Estado e quantas ainda estão em condição de prisão provisória. E o segundo, para que o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso possa, neste mês de março, mês das mulheres, para que possa realizar um esforço conjunto com as suas comarcas, onde têm as cadeias, onde as mulheres estão presas, para que venha a fazer o julgamento dessas mulheres. Dar a sua defesa, o direito ao julgamento dessas mulheres, muitas delas certamente estão presas inocentemente. Não têm direito a um advogado, não tem acesso, são pobres em sua maioria, são negras em sua maioria e por isso vão ficando presas por tempo indeterminado.

Então, que se faça uma força tarefa da justiça do Estado de Mato Grosso para que essas mulheres tenham esse direito.

Por fim, quero agradecer mais uma vez e declarar encerrada esta Audiência Pública que discutiu o papel da mulher na sociedade atual e que foi muito linda esta nossa Audiência Pública.

Muito obrigado! (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER QUESTÕES DA MULHER NA
SOCIEDADE ATUAL, REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2019, ÀS 14H30.

- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.